

FOLHA DE APROVAÇÃO

Lisete Barlach
O que é resiliência humana?
Uma contribuição para a construção do conceito

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre.
Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, **Dr. Oscar Herman Barlach**, *in memoriam*, com quem aprendi a importância do pensar e da sensibilidade artística. A ele, que enfrentou inúmeras dificuldades ao procurar alçar a carreira acadêmica tardiamente e cuja morte se deu precoce e repentinamente, dedico este trabalho.

A todos os familiares que perderam a vida nos campos de extermínio nazistas antes de poder realizar sonhos ou projetos de vida.

À minha mãe, **Sara Rosa Barlach**, pelo exemplo de mulher emancipada e empreendedora.

Ao **Max**, pela alegria de filhos tão maravilhosos.

À **Vivian**, pela possibilidade de experimentar um novo modelo de relação mãe-filha.

Ao meu filho **Alex** pelos momentos de alegria e riso, de pique e otimismo e por me possibilitar compartilhar os seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Ao **Prof. Sigmar Malvezzi**, com quem descobri que, no caminho entre Potirendaba e o resto do mundo, houve a construção de uma biografia cunhada pela integridade pessoal. Suas histórias divertidas, mescladas à seriedade conceitual e à atualização constante da bibliografia - proposta em seus cursos e nas conversas de orientação - compõem um modelo de professor e profissional que eu aprendi a admirar: descontração no momento certo e rigor no que é necessário. Agradeço as críticas às várias versões deste texto que contribuíram para seu aprimoramento e para aumentar a minha compreensão sobre o assunto da resiliência.

À **Profa. Ana Cristina Limongi França** (Cris), pela amizade acolhedora. Em sua capacidade de escuta, encontrei uma co-orientadora informal, sempre incentivando a produção de pesquisas e a divulgação científica; no convívio do cotidiano, um exemplo de resiliência no enfrentamento da doença.

Ao **Prof. Geraldo José de Paiva**, que me presenteou com seus comentários durante o exame de qualificação, revelando-se um leitor crítico, na melhor acepção da palavra. Agradeço também todo o seu esforço como chefe da Comissão da Pós Graduação do IPUSP diante dos vários obstáculos que se apresentaram nesse percurso.

Aos **Prof. Marcos Nogueira Martins** (Marcão) e **Francisco Emílio Baccaro Nigro** pela paciência em explicar a uma psicóloga leiga no assunto, o conceito de resiliência na Física e na Engenharia, respectivamente.

Ao **Prof. Esdras Guerreiro Vasconcellos**, meu primeiro orientador na trajetória desta dissertação, com quem aprendi muito sobre a concepção de *stress* e *coping*, a partir da qual pude refletir sobre a resiliência.

À **Profa. Sylvia Leser de Mello**, minha primeira orientadora, nos idos de 1978, que me acolheu de braços abertos no retorno ao Instituto.

Ao **Prof. Guilherme Ary Plonski (Ary)**, amigo muito querido, que me introduziu ao assunto resiliência, ao comentar, numa descontraída conversa à mesa de um restaurante, sobre o artigo de COUTU, na Harvard Business Review. Ao Ary, agradeço também diversas experiências no campo do desenvolvimento organizacional, relevantes para o meu crescimento como profissional e seu incentivo para que eu voltasse aos bancos escolares na qualidade de pós-graduanda.

À **Profa. Vera Silvia F. Paiva (Veroca)** que, me recebendo, como a Sylvia, de braços abertos no IPUSP, estabeleceu a ponte entre o passado e o futuro, abrindo as portas do presente na vida acadêmica. Como exemplo vivo de resiliência pelo enfrentamento das inúmeras perdas, foi fonte de uma aprendizagem não verbal e não teorizável, mas enormemente enriquecedora para esta dissertação.

Ao **Prof. Moises Sznifer (Moisés)**, com quem aprendi o prazer do trabalho criativo; as inúmeras possibilidades de criar situações de ensino-aprendizagem profícuas, dinâmicas. Com ele, aprendi a aprender.

À **Leia Maria Cardenuto** (Leinha), amiga de tantas décadas, companheira de tantas vivências. Homenageio e reverencio as molecagens, os papos sérios, os momentos de compartilhar, os estudos conjuntos (desde Reich até aqueles que ainda estão por acontecer) e o acolhimento nos momentos de dor.

À **Profa. Therese Telleman**, *in memoriam*, modelo de terapeuta e de pessoa, que até hoje desperta saudades e lembranças de tudo que vivemos juntas, na sala de seu consultório, no Sedes Sapientae, em sua casa, em tantas festas.

Ao amigo **Maurice Jacoel**, sempre presente nos momentos mais importantes de minha vida, compartilhando, aprendendo, ouvindo.

Ao **Dr. Francisco Galvez**, médico acupunturista e homeopata, que me ajudou a viver com mais qualidade de vida o período de elaboração dessa dissertação. Agradeço também os papos descontraídos em que compartilhávamos sua visão sempre inovadora sobre saúde.

À **K**, mestre e orientador, que, em muitos anos de convivência, nunca pronunciou a palavra resiliência, embora tenha me ensinado tudo sobre ela. Ao **Grupo**, pelas vivências compartilhadas.

Ao **rabino Nilton Bonder** com quem aprendi que é possível viver um judaísmo verdadeiro.

Ao **grupo de Healing** da Comunidade Shalom, à Esther, à Vera, à Elvira, à Ruth, à Anna, à Adriana, à Riva, à Keyla, à Lica, à Mariam, ao David e a todos e todas que eu não nomeei aqui, pelo aprender juntos os caminhos judaicos da cura e do consolo.

À **Rachel Reichhardt**, por entender a necessidade e me ajudar a realizar o ritual do segundo nome, num momento tão difícil.

RESUMO

BARLACH, L. **O que é resiliência humana? Uma contribuição para a construção do conceito.** 2005. 108p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2005.

O presente estudo consiste numa revisão do conceito de resiliência como contribuição para a sua compreensão. O aumento recente de publicações que se utilizam da resiliência como referencial teórico tem tornado o conceito, paradoxalmente, mais incompreensível e polêmico. Não há como negar que resiliência se diferencia da adaptação e que envolve elementos que não estão contidos nesta. A estratégia desenhada para o propósito deste trabalho consistiu na promoção do confronto entre manifestações conhecidas de resiliência (na tradição bíblica, os episódios de Jó e Jacó; na arte, os filmes 'Frida' e 'A vida é bela' e no relato de Frankl sobre a vivência nos campos de concentração) e as interpretações e teorizações propostas por autores que têm sido recorrentes na literatura sobre esse tema. O trabalho é concluído com uma proposta de redefinição do conceito de resiliência que enfatiza a subjetividade na reconstrução do indivíduo como sujeito de sua história.

Palavras – chave: resiliência, adaptação, adversidade, subjetividade, sujeito.

ABSTRACT

BARLACH, L. **What is human resilience? A contribution to the construction of the concept.** 2005. 108p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2005.

The present study consists in a literature review of the concept of resilience, towards its better understanding. The recent increase of publications that take resilience as a theoretical reference has converted it, paradoxally, in a less comprehensible and more controversial concept. It is not possible to deny that resilience is different from adaptation and covers elements not included in adapting issue. The strategy designed to this study's purpose was the confrontation between acquaintance manifestations of resilience (in Bible Tradition, Job's and Jacob's episodes; in art, the films 'Frida' and 'Life is beautiful' and in Victor Frankl's report on living on the concentration camps) and interpretations and theorizations made by recurrent authors in resilience literature. The work is concluded by proposing a redefinition of the concept that emphasizes subjectivity for reconstruction of the individual as the subject of its own history.

Key-words: resilience, adaptation, adversity, subjectivity, subject.

SOMMAIRE

BARLACH, L. Qu'est-ce la résilience humaine? Une contribution pour la construction du concept. 2005. 108f. Dissertation (Mestrance) - Institut de Psychologie, Université de São Paulo, 2005.

La présente étude se compose d'une révision du concept de résilience comme contribution pour son compréhension. L'augmentation récente de publications qui s'ils emploient de la résilience car le referencial théoricien est devenu le concept, paradoxalement, plus incompressible et controversé. Il n'a pas quant à nient cette résilience si différence de l'adaptation et cela il implique les éléments qui ne sont pas contenus en cela. La stratégie dessinée pour l'intention de ce travail a compris la promotion de la confrontation entre les manifestations connues de la résilience (dans la tradition biblique, les épisodes de Jó et Jacó ; dans l'art, les films 'Frida 'et 'La vie est beau' et dans l'histoire de Frankl sur l'expérience des camps de concentration) et les interprétations et propositions de théories pour les auteurs qui ont été récurrents en littérature à ce sujet. On conclut le travail avec une proposition de redéfinition du concept de résilience qui souligne la subjectivité dans la reconstruction de l'individu comme sujet de son histoire.

Mots - clef : résilience, adaptation, adversité, subjectivité, sujet.

SUMÁRIO

Dedicatória	II
Agradecimentos	III
Resumo	VII
Abstract	VIII
Sommaire	IX
Sumário	X
Capítulo I: A atualidade dos estudos sobre resiliência: um panorama geral	2
Capítulo II: Fontes tradicionais e literárias sobre o tema da resiliência	11
2.1 Fontes bíblicas do estudo da resiliência	12
2.2 A sobrevivência nos campos de extermínio nazista: Victor Frankl e a busca do sentido de vida	15
2.3 Outras fontes não acadêmicas sobre a resiliência	19
2.4 Imagens da resiliência: contribuições da arte cinematográfica	21
2.5 Síntese do capítulo	23
Cap. III: A literatura acadêmica sobre o tema da resiliência	26
3.1 Origens e evolução histórica do conceito de resiliência	27
3.2 A trajetória deste estudo	29
3.3 Breve revisão da literatura acadêmica sobre resiliência	34
3.4 Síntese da revisão da literatura	44
Cap. IV: Resiliência no contexto do trabalho humano nas organizações	48
4.1. A resiliência no ambiente organizacional	49
4.2 Resiliência e Comportamento Organizacional	53

Capítulo V: Resiliência: um referencial teórico consistente?	59
5.1 A questão da adaptação positiva	60
5.2 A definição de adversidade	64
5.3 A definição de resiliência	67
5.4 Questões metodológicas sobre estudos de resiliência	71
5.5 A problemática da mensuração nos estudos de resiliência	72
5.6. Convergências e divergências entre a teoria da resiliência e outras abordagens teóricas	75
5.6.1. A Teoria da Resiliência e a Psicologia Positiva	75
5.6.2. Resiliência, stress e <i>coping</i> : aproximações e diferenças	77
5.6.3 O <i>stress</i> pós-traumático e a resiliência	82
5.6.4. Resiliência e Motivação: dialogando com MASLOW	83
5.6.5. Resiliência: para além da auto-realização	85
Capítulo VI: Re-definindo resiliência	91
Uma história	104
Referências bibliográficas	105

CAPÍTULO I

1. A atualidade dos estudos sobre resiliência: um panorama geral

Os estudos e pesquisas acerca da resiliência humana buscam compreender porque, diante das mesmas condições entendidas como adversas, alguns indivíduos se desenvolvem satisfatoriamente ou crescem, sobrepujando-se, aparentemente, aos limites da condição humana, enquanto outros sucumbem, desenvolvem patologias ou se vitimizam.

O estudo do tema considera aqueles indivíduos que, apesar das predições contrárias atinentes às situações de risco do contexto psico-social em que estão inseridos, tiveram êxito diante da adversidade ou cresceram e se desenvolveram a partir dela (GALENDE, 2004). Para resolver sua situação vital aparentemente insolúvel, indivíduos ou grupos interpõem elementos criativos para transformá-la ou transformar-se.

A vasta literatura produzida nos últimos anos sobre esta questão permite visualizar um campo de investigação que se preocupa com a superação – ou transcendência - do sofrimento humano em distintos contextos. Da vivência da condição de pobreza extrema ao estupro, da violência física às catástrofes ambientais, dos campos de extermínio nazista aos ataques terroristas – Oklahoma, 1995, por exemplo, ou o tiroteio da escola secundária de Columbine, em 1999, ou ainda o ataque à escola russa, em 2004¹ -, os pesquisadores se utilizam do conceito de resiliência para estudar os indivíduos ou grupos cuja adaptação denota a superação da situação adversa ou o crescimento diante dela. Ou seja, mais que “lidar com a adversidade”, os estudos se concentram naqueles

¹ Numa república russa na região do Cáucaso, terroristas separatistas invadiram uma escola, fazendo reféns crianças e professores que chegaram a ficar 53 horas sem alimentos e água num ginásio.

indivíduos, grupos ou comunidades que saem transformados do enfrentamento da situação traumática (GROTBERG, 2005).

GROTBERG exemplifica: “Algumas pessoas são transformadas por uma experiência de adversidade: um filho é assassinado por um motorista alcoolizado, a mãe inicia uma campanha para prender os motoristas alcoolizados e consegue mudar as leis do País; um homem padece de uma hemiplegia e estabelece uma fundação para obter fundos com a finalidade de impulsionar as pesquisas sobre o problema; um jovem contrai HIV [...] e dedica seu tempo a apoiar outros [na mesma condição]” (GROTBERG, 2005). Estes exemplos podem ser compreendidos pela interface existente entre a resiliência e a criatividade, em que indivíduos ou grupos encontram recursos criativos para o enfrentamento da adversidade e a solução criativa se transforma em conduta resiliente.

Histórias como a do pianista León Fleischer, que, em meio a uma carreira de sucesso, perdeu a motricidade fina dos dedos de sua mão direita ampliam a perspectiva do estudo, acrescentando elementos importantes acerca da relação entre resiliência e sentido de vida. Estudiosos relatam que “o fato representou uma catástrofe pessoal e profissional que o levou a mergulhar em uma profunda depressão. Ele se perguntava sobre o sentido de sua vida, vindo a compreender que seu vínculo com a vida transcendia sua carreira de pianista e que seu elo de ligação com esta se dava por meio da música, o que alterou os rumos de sua vida, fazendo com que se tornasse maestro e professor de piano” (VANISTENDAEL & LECOMTE, 2004). A temática do sentido de vida fica expressa também no relato de Victor Frankl que será analisada em maior profundidade ao longo deste texto. Os estudos são consistentes ao afirmar que aqueles

que saem transformados do enfrentamento da situação são beneficiados pelo incremento de empatia, altruísmo e compaixão pelos outros (GROTBERG, 2005).

Ainda que se assuma que a experiência de trauma e o enfrentamento da adversidade (2) são possibilidades inerentes à condição humana, o assunto ganha atualidade na medida em que se constata o aumento dos desastres sócio-ambientais produzidos por formas predatórias de apropriação humana do ambiente, bem como a vivência de traumas causados por modalidades de violência com forte impacto social, tais como ataques terroristas, bombas e assassinatos em escolas ou catástrofes urbanas.

Num cenário social em que os parâmetros para a adaptação humana ao meio ambiente têm se tornado cada vez mais instáveis e as pressões pela sobrevivência, desempenho e adaptação têm se tornado mais complexas, com novos desafios se apresentando a cada instante, a questão do enfrentamento de situações traumáticas pelos sobreviventes e sua recuperação psicológica tornam-se fator de preocupação de governantes e entidades de ajuda humanitária e alguns estudiosos da resiliência propõem que os resultados de pesquisa sejam utilizados como subsídios para o desenvolvimento de políticas ou processos de prevenção da saúde mental ou de intervenção, seja do psicólogo, seja de outros cientistas sociais (SHARKSNASS, 2003).

Acontecimentos noticiados pela imprensa - dezembro 2004 e janeiro de 2005 – sobre a catástrofe provocada pelo *tsunami*, que atingiu diversos países da Ásia, corroboraram a atualidade deste estudo. O enfrentamento da situação traumática pelos sobreviventes e sua recuperação psicológica tornaram-se fator de preocupação de governantes, entidades

² Adversidade: Segundo o dicionário Aurélio: 1. Contrariedade, aborrecimento. 2. Infelicidade, infortúnio, revés. 3. Qualidade ou caráter de adverso. Segundo o dicionário Houais: 1. Caráter do que é adverso, desfavorável. 2. Sorte adversa, infelicidade, infortúnio, revés.

de ajuda humanitária e outros, que, em diversas vezes, utilizaram o conceito de resiliência para referir-se ao processo de reconstrução – psíquica - pós catástrofe.

No jornal A FOLHA DE SÃO PAULO de 13 de setembro de 2005, são noticiados e comentados os recentes acontecimentos na França. Marina de Campos Mello, no artigo “No subúrbio, ar pacífico esconde tensão constante”, descreve a sobrevivência em meio aos confrontos e distúrbios:

“Centro de Paris. Um homem de origem magrebina atravessa a rua lentamente quando o sinal de trânsito muda para o verde. Impaciente, o motorista buzina para apressar o pedestre. A resposta: “Você acha que pode fazer isso só porque eu sou árabe?”. Sem hesitar, enfia-se pela janela do veículo e esbofeteia a cara do francês. O incidente ocorreu há mais ou menos dois meses. Ou seja, antes da onda de violência que se iniciou nos subúrbios parisienses e se espalhou por toda a França. Casos como esse não são corriqueiros, mas bem ilustram a tensão social dos grandes centros franceses.”

O mesmo artigo comenta, a seguir, a revolta que se instalou em lugares onde o índice de desemprego é de 40%, em que pobreza e exclusão social estão em jogo:

“Cenas de carros queimados já são, há anos, conhecidas dos habitantes. Creteil [periferia próxima a Paris] teve um crescimento vertiginoso a partir dos anos 50 e, desde então, sua população quintuplicou, atingindo 85 mil habitantes. A cidade acolheu imigrantes, abrigados em conjuntos habitacionais ou "cités". [...] Yassin Adnane, marroquino de 31 anos que viveu em Creteil entre 2001 e 2003, conta que já viu viaturas serem atingidas por máquinas de lavar louça e outros eletrodomésticos, atirados do alto dos prédios. Em outra ocasião, teve de deixar às pressas seu apartamento, pois o porão do edifício estava em chamas. Questionado sobre as possíveis motivações desses atos, diz que seus jovens vizinhos acreditam que a França tem uma dívida com os imigrantes.”

O artigo assinala outro aspecto importante para o entendimento do conflito: o convívio sem convivência:

“Na estação de trem de Villemomble, a leste de Paris, um desavisado poderia se crer na África. Mulheres com turbantes coloridos conversam entre si em línguas estranhas e carregam bebês em trouxas nas costas. Outros falam árabe. Há também famílias brancas de classe média, que optaram por uma vida mais calma e barata nos subúrbios. Elas vivem em casas com jardins e hortas, cercadas por enormes conjuntos habitacionais onde se instalam imigrantes vindos de ex-colônias francesas da África subsaariana. É certo que brancos, negros e árabes dividem o mesmo espaço, mas não há convivência.”

Em todos os exemplos citados acima, é possível inferir elementos de tensão ou pressão sobre a vida cotidiana das pessoas, corroborando a importância e a atualidade dos estudos de resiliência. O mundo atual, em muitos aspectos, tornou-se cenário de desastres e tragédias. Guerras, terrorismo, assassinatos, delinquência, corrupção fazem parte da cotidianidade. No caso particular da América Latina, somam-se os elementos de empobrecimento relativo e exacerbação da desigualdade social. A resiliência pode ser vista como o enfrentamento desse bombardeio de eventos negativos (OJEDA, 2004).

Embora o sentido do fenômeno da resiliência seja relativamente simples de captar (intuitivamente), sua definição e significado psicológico não são inequívocos. Resiliência é “um conceito fácil de entender mas difícil de definir e impossível de ser medido ou calculado exaustivamente” (RODRIGUÉZ, 2005). Essa afirmação, que é compartilhada por outros autores, faz com que os pesquisadores que se interessam pela utilização do conceito como referencial para pesquisas adentrem em um campo cujo terreno, em muitos momentos, se assemelhe à areia movediça.

Este estudo se propõe a investigar a possibilidade de uma definição consistente do conceito de resiliência como contribuição para o enriquecimento dos referenciais para estudos empíricos, particularmente na área de Psicologia Social e, mais especificamente, no campo da Psicologia do Trabalho.

A atualidade da pesquisa sobre a adaptação humana em contextos hostis não se dá apenas em função da crescente presença de manifestações terroristas, desastres sócio-ambientais, violência urbana e demais questões no cotidiano das sociedades do século XXI; a sociedade da pós-modernidade introduziu dimensões de complexidade e turbulência em todos os domínios da vida mundana, gerando novos desafios para a adaptação do ser humano a seu ambiente, mesmo quando não confrontado diretamente com tais situações. De fato, a rotina de pressão – ou pressão rotineira - vivida cotidianamente nas metrópoles do século XXI demanda uma competência adaptativa semelhante àquela demandada diante das catástrofes naturais ou desastres sócio-ambientais que são relatados pelos estudiosos da resiliência. Exemplos são as pressões sobre a identidade pessoal geradas pelo desemprego ou por doenças como câncer e AIDS ou ainda seqüestros urbanos.

Também o trabalho humano é um campo que vem sofrendo o impacto de inúmeras mudanças, desafiando àqueles que trabalham nas organizações a adaptar-se de forma contínua a situações adversas advindas do meio externo, que representam riscos à sua saúde mental; inúmeros são os fatores tensionantes presentes no cotidiano laboral, potencializadores de rupturas e sofrimento.

Nas últimas décadas do século XX, tornou-se lugar comum, em particular no jargão empresarial, a utilização da metáfora – derivada de um dos ideogramas da escrita chinesa - que associa a crise à oportunidade. Porém, ainda que se assuma como verdadeiro tal aforismo, a efetiva transformação de uma situação de crise em desafio e oportunidade para crescimento – seja no plano individual, seja ele coletivo – implica um processo de aprendizagem e desenvolvimento psicológico para produzir recursos adaptativos cuja compreensão pode ser enriquecida a partir do referencial da resiliência.

O foco deste estudo é a resiliência psíquica diante de condições críticas de tensão oriundas das características atuais da interface entre o ser humano e seu trabalho. Porém, caberá, inicialmente, analisar a consistência do próprio referencial de estudo e, para isso, será desenvolvida a revisão da literatura direcionada a analisar aspectos congruentes e incongruentes tanto do conceito em si quanto da metodologia de pesquisa que vem sendo empreendida pelos autores deste campo de estudo. De maneira geral, pretende-se compreender o que é resiliência, se ela pode ser definida como conceito útil para responder às questões que são propostas nos estudos já desenvolvidos e, em caso positivo, se este conceito poderá apoiar futuras pesquisas sobre o trabalho humano.

Assim caracterizado, o objetivo desta dissertação é a análise da consistência teórica do conceito de resiliência por meio da revisão crítica da literatura deste campo. Identificado o estado da arte neste contexto, serão discutidos os fatores críticos a serem enfrentados para a utilização deste referencial em estudos voltados a entender a adaptação humana ao trabalho no contexto das organizações modernas e pós-modernas. A análise de duas películas da cinematografia mundial recente apoiará o estudo, uma vez que as imagens traduzem impressões que esclarecem aspectos relevantes do próprio

conceito. As questões aqui propostas são: o que é resiliência? Quais os elementos que a caracterizam? Como categorizá-los?

Após a apresentação geral do campo e da problemática que se pretende estudar, consubstanciada nesta Introdução, segue-se uma análise sistematizada dos mesmos. No capítulo II, são pesquisadas algumas fontes bíblicas e relatos literários, destacando-se a história de Jó e o relato de Victor Frankl sobre a vida nos campos de concentração. Consideram-se outras fontes em que o conceito vem sendo empregado corriqueiramente. Neste capítulo é apresentada a análise das duas películas de cinema que, pelo impacto imagético, corroboram a afirmação sobre a facilidade de identificação do fenômeno e dificuldade de definição do conceito de resiliência. A revisão crítica da literatura é apresentada no capítulo III por meio da síntese do pensamento e reflexão de quatro autoras que podem ser consideradas referências no campo, em função do grande número de publicações em revistas de padrão internacional e por terem, elas mesmas, realizado uma revisão crítica deste campo de estudos. O capítulo IV introduz os estudos de resiliência voltados à vida e ao trabalho humano nas organizações. No capítulo V, é apresentada uma síntese dos principais problemas existentes no que tange à problemática do próprio conceito, da metodologia e dos procedimentos de pesquisa e é estabelecido o diálogo da Teoria da Resiliência com outros autores e teorias, em especial com a Teoria do Stress, o conceito de stress pós-traumático e a Teoria da Motivação. O capítulo VI - A resiliência como referencial de análise - aborda a síntese dos principais aspectos discutidos na dissertação, a título de conclusões e recomendações para estudos posteriores, e propõe a redefinição do conceito.

CAPÍTULO II

Capítulo II: Fontes tradicionais e literárias sobre o tema da resiliência

Neste capítulo serão apresentadas fontes bíblicas sobre o tema da resiliência e será comentada a história de Victor Frankl, sobrevivente de campos de extermínio nazista. Adicionalmente, serão analisadas obras da indústria cinematográfica recente que contribuem para a compreensão dessa temática.

2. 1. Fontes bíblicas sobre o tema da resiliência

O sofrimento e sua superação são temas de inúmeros relatos bíblicos, dos quais serão destacadas as histórias de Jó e de Jacó.

O texto bíblico em que é narrada a história da Jó é exemplar para o estudo da resiliência. Jó era um homem que dispunha de todos os recursos para sua sobrevivência e de sua família, devotava-se a Deus e levava vida exemplar do ponto de vista dos padrões de sua época. Em determinado momento, Satã resolve desafiá-lo: seguiria Jó os caminhos de Deus mesmo que perdesse tudo? A história bíblica, que será comentada a seguir, relata as perdas sofridas por Jó (perda de sua casa, esposa, filhos, saúde e fonte de sustento), assim como os recursos mobilizados para seu enfrentamento.

Acompanhando os passos de Jó em sua trajetória de sofrimento e enfrentamento, vê-se que, num primeiro momento, Satã incita sabeus e caldeus a roubarem-lhe os bois e os camelos e a matarem seus escravos. Num incêndio, queima seu rebanho e seus pastores e levanta um furacão no deserto, levando deste mundo os dez filhos de Jó. Este, resignado, não profere palavra contra Deus. Satã faz, então, com que o corpo de Jó arda em lepra e, mesmo assim, Jó não ofende seu Senhor. Desta vez, porém, solta improperios, amaldiçoando o dia em que nasceu.

Nesse ponto o texto estende-se sob forma de hinos que confrontam a fala de Jó à de quatro amigos que vêm visitá-lo com intuito de ensinar-lhe a moral, criticá-lo e explicar-lhe o porquê de seus reveses. Elifaz de Teemã diz que só os ímpios são castigados, e Jó lhe responde que seu castigo é bem maior do que seus pecados. Baldad

de Chua lembra que Deus é sempre justo, com o que concorda Jó, ressaltando que Ele não aflige só os maus. Sofar de Naama fala que Deus é o único sábio a ver toda injustiça, ao que Jó repete ser desproporcional o seu castigo. Sofar replica que a alegria dos ímpios é breve, mas Jó aponta a prosperidade de vários deles. Acusado de arrogância, apela para o testemunho de Deus. Eliú de Buz discursa exaustivamente, dizendo que só o sofrimento purifica o homem, até ser interrompido pela aparição do próprio Deus, saído de uma tempestade.

Deus defende Jó, proclama sua inocência diante de seus quatro amigos, e repreende-os. Também interroga Jó sobre os mistérios da Criação; abusa de ironias, e cobra dele uma resposta. Pasma, Jó diz que se arrepende em nome do pó ao qual retornará, pede perdão e se retrata. Deus, sentindo-se vitorioso sobre Satã, restitui então a Jó, em dobro, todos os seus bens; dá-lhe ainda novos filhos e o faz viver por 140 anos.

Analisando a estória de Jó sob o ponto de vista dos ensinamentos que esta traz sobre o conceito de resiliência, vê-se que, diante das sucessivas adversidades que se apresentam, o personagem bíblico culpa a si próprio, amaldiçoando o dia em que nasceu e entendendo que só os maus são castigados, pede conselhos a amigos para entender a sua situação e pensar como reagir, mas, em nenhum momento, Jó culpa ou nega Deus; ele mantém a sua fé e este é o elemento que lhe permite enfrentar a dor que sente diante de todas as situações. Como se verá mais adiante, a presença da fé não garante, por si só, a resiliência embora, neste caso, a fé possa ser considerada o fator de proteção de Jó para o enfrentamento das situações adversas que se apresentaram e Jó possa ser considerado um indivíduo resiliente.

No caso de Jacó, outro dos personagens que será objeto de análise, diz a Bíblia que sete foram as aflições que o acometeram: o desentendimento com seu irmão Esaú com respeito à progenitura; os trabalhos prestados por sete anos a Labão em nome de seu amor por Rachel; a luta contra o anjo que lhe surpreende em meio à viagem (em que, temeroso, reencontraria Esaú); o estupro de sua filha Diná (e as conseqüências posteriores ao ocorrido); o luto pelo filho José (que, ao final da estória, se revela um engano, pois José sobrevive à tentativa de assassinato que seus irmãos perpetraram contra ele); o fato de ter que entregar o filho Benjamin ao vice-rei do Egito em troca de receber o alimento que lhe faltava (que também posteriormente se revela como farsa tramada por José para reencontrá-lo) e, finalmente, a atitude de seu filho Simão nos acontecimentos que antecederam a efetiva reconciliação dos irmãos com José.

Neste caso, não há muitos indícios, no relato bíblico, sobre a atitude interna de Jacó diante dessas adversidades. Encontram-se comentários que revelam a plasticidade emocional típica da resiliência referindo-se a ele, tais como “Sete vezes cairá e sete vezes se levantará” (PARASHÁ VAIGASH, MELAMED, 1996). Um dos indicadores mais interessantes sobre o enfrentamento da adversidade por parte de Jacó é o fato de que, após a luta com o anjo fazer-se merecedor do nome pelo qual se tornaria conhecido o povo de Israel. A mudança de nome aqui, como em diversas outras tradições, assume o significado de elevação espiritual, o que nos induz ao entendimento de que Jacó conseguiu transcender seu sofrimento pela via de elevação espiritual, fator que é analisado por alguns autores no contexto de pesquisas acadêmicas sobre o assunto³, que serão comentadas adiante.

³ No budismo, encontramos o relato da transformação de SIDARTA em BUDA. Nascido príncipe, SIDARTA ilumina-se e ganha o nome de BUDA após deixar o palácio e viver por muitos anos em meio ao povo, conhecendo seu sofrimento. No islamismo, encontramos estória de MUHAMMAD que se tornou MAOMÉ após a revelação que obteve em contato com o anjo GABRIEL. Na tradição cristã, encontramos a conhecida história de JESUS que se eleva espiritualmente e recebe o nome de CRISTO.

2.2. A sobrevivência nos campos de extermínio nazista: Victor Frankl e a busca do sentido de vida

Na continuidade do levantamento de referências não acadêmicas relativas ao tema resiliência, destaca-se o relato de Victor Frankl (1997), psiquiatra que descreve e reflete sobre a sua vida nos campos de concentração nazista.

A sobrevivência do sentido religioso em situação de extrema adversidade, como o campo de concentração, é fator de destaque do texto. O autor relata, dentre outros aspectos, que muitos prisioneiros rezavam – fervorosamente - antes de entrarem nas câmaras de gás. Entretanto, segundo ele, muitos prisioneiros também buscavam, consciente ou inconscientemente, a morte; formas camufladas de suicídio eram freqüentes: abandonar a alimentação, mesmo considerando a escassa quantidade de alimento que era oferecida ao longo de um dia de trabalho; recusar-se a ser transferido para um ambulatório, mesmo necessitando de cuidados médicos (pois era sabido que os nazistas dariam preferência a matar aqueles que já não apresentavam condições mínimas de saúde). Lidar com o desespero, sem “entregar os pontos”, encontrando sentido no sofrimento, eram algumas premissas do “trabalho” de Frankl em meio a seus companheiros de infortúnio.

No papel de conselheiro que assumiu perante outros prisioneiros, tinha como foco de atuação a identificação de um sentido de vida que, para cada indivíduo que ali se encontrava, poderia assumir significado distinto, mas, de forma geral, estava baseado no que poderia ser denominado fator de proteção frente à adversidade. No caso dos campos

de concentração, Frankl direcionava seus companheiros a identificarem algo que, para cada um, fazia com que a vida tivesse sentido e que poderia ser desde o encontro futuro com a (o) parceira (o), até a lembrança dos filhos ou dos pais.

Um desses fatores de proteção, enfatizados por ele em seu cotidiano de conselheiro, era o amor. Nas palavras do autor: “[...] o amor é, de certa forma, o bem último e supremo que pode ser alcançado pela existência humana. [...] Na pior situação exterior que se possa imaginar, numa situação em que a pessoa não pode realizar-se através de nenhuma conquista, numa situação em que sua [realização] pode consistir unicamente num sofrimento reto, num sofrimento de cabeça erguida, nesta situação a pessoa pode realizar-se na contemplação amorosa da imagem espiritual que ela porta dentro de si da pessoa amada.” E, diz ele ainda: “[...] permanece aberta a possibilidade de [uma pessoa] se retirar daquele ambiente terrível para se refugiar num domínio de liberdade espiritual e riqueza interior.” (FRANKL, 1997).

“Toda tentativa de restabelecer interiormente as pessoas no campo de concentração pressupõe que consigamos orientá-las para um alvo no futuro (p. 75).” Nesse sentido, também o humor era considerado “uma arma da alma na luta por sua preservação”. Frankl propôs a um amigo o compromisso mútuo de inventar ao menos uma piada por dia, aludindo a situações futuras, posteriores à saída do campo de concentração. Brincam eles, imaginando como seria para o amigo – um médico-cirurgião – se, em meio a uma cirurgia posterior à saída do campo, ouvisse os gritos de “Mexa-se!, Mexa-se!”, como ouviam agora, mas, desta vez, referindo-se à aproximação do chefe (diretor) do Hospital.

O relato do autor contém um dos aspectos mais relevantes no estudo da sobrevivência psicológica diante das condições de extrema adversidade, qual seja, a **existência de uma liberdade interior que possibilita ao ser humano permanecer sendo pessoa humana, conservando sua dignidade, mesmo diante do insuportável**. Há sempre “um resquício de liberdade do espírito humano, de atitude livre do eu frente ao meio ambiente, mesmo nessa situação de coação aparentemente absoluta, tanto exterior quanto interior.” E ele cita inúmeros exemplos que demonstram que “no campo de concentração se pode privar a pessoa de tudo, menos da liberdade última de assumir uma atitude alternativa frente às condições dadas (p.66).”

É também comovente o raciocínio a que ele nos leva sobre o valor da vida: Frankl propõe a inversão da pergunta que normalmente era feita no campo de concentração “Será que vamos sobreviver ao campo de concentração? Pois, caso contrário, todo esse sofrimento não tem sentido...” para outra: “Será que tem sentido todo esse sofrimento, toda essa morte ao nosso redor? Pois, caso contrário, afinal das contas não faz sentido sobreviver ao campo de concentração (p.68)”, para afirmar que “a vida humana tem sentido sempre e em todas as circunstâncias (FRANKL, 1997, p.80).”

Contrapondo a animalização ao sentido de humanidade ou “o fato de que a pessoa interiormente pode ser mais forte que seu destino exterior”, afirma que “sempre e em toda parte, a pessoa está colocada diante da decisão de transformar a sua situação de mero sofrimento numa realização interior de valores.”

Na concepção do autor, o ser humano é volitivo: “O que é, então, um ser humano? É o ser que sempre *decide* o que ele é. È o ser que inventou as câmaras de gás; mas é

também aquele ser que entrou nas câmaras de gás, ereto, com uma oração nos lábios. (p.84, grifo do autor)”. Sobre a importância da espiritualidade e da crença em Deus, Frankl ainda afirma que “Ele [Deus] espera que não o decepcionemos e que saibamos sofrer e morrer, não miseravelmente, mas com orgulho (p.81).”

“A observação psicológica dos reclusos no campo de concentração revelou que somente sucumbe às influências do ambiente no campo, em sua evolução de caráter, aquele que entregou os pontos espiritual e humanamente. Mas somente entregava os pontos aquele que não tinha mais em que se segurar interiormente! (p.70).” Ressalta que “muitas vezes é justamente uma situação exterior extremamente difícil que dá à pessoa a oportunidade de crescer interiormente para além de si mesma (p.72).”

Do ponto de vista do estudo da resiliência, é fundamental a descrição de Frankl a respeito do ponto de inflexão, a partir do qual o próprio autor deixa a condição de vítima da situação e se envolve num projeto pessoal – e interno – de superação de sua condição, passando a escrever as notas daquilo que se tornaria, posteriormente, o livro com o relato histórico de sua vida nos campos de concentração, bem como das aulas que daria na Universidade, apresentando a teoria que ele intitula Logoterapia, ou seja, a Terapia do Sentido da Vida.

“Eis que então aplico-me um truque: vejo-me de repente ocupando a tribuna de um grande auditório magnificamente iluminado e aquecido e diante de mim um público a ouvir atento, sentado em confortáveis poltronas, enquanto vou falando; dou uma palestra sobre a psicologia do campo de concentração e tudo aquilo que tanto me tortura e oprime acaba sendo objetivado, visto e descrito na perspectiva mais alta da ciência... Através desse truque consigo alçar-me, de algum modo, para acima da situação, colocar-me acima do tempo presente e de seu sofrimento, contemplando-o como se já estivesse no passado e como se eu mesmo, com todo o meu tormento, fosse objeto de

uma interessante investigação psicológico-científica, por mim mesmo empreendida.” (FRANKL, 1997, p.73).

O escrever, real ou imaginário – em função das dificuldades óbvias de conseguir papel naquele contexto - é, segundo ele, o recurso que se utiliza daí para frente – até a sua libertação do campo de concentração, ao final da Segunda Grande Guerra – para sobreviver psicologicamente aos horrores que permeavam seu cotidiano.

Os estudos e pesquisas de Assimakopoulos (2001), que serão tratados mais adiante, também abordam, sob o ponto de vista acadêmico, o ponto de inflexão (a que se refere Frankl), que possibilita ao indivíduo a passagem da condição de vítima à condição de “senhor da situação”, considerado por esta autora como o momento a partir da qual se pode identificar a resiliência.

2.3 Outras fontes sobre o tema resiliência

Para finalizar o campo de fontes de referência não acadêmicas sobre o assunto resiliência, serão abordados agora livros, revistas e sites da INTERNET recentes que se referem ao assunto.

É o caso, por exemplo, da crônica “*The city shall rise again*”, publicada na *Chronicle Review*, sobre as cidades que sofreram processos de destruição e precisam se reconstruir após desastres naturais, como terremotos e, mais recentemente, *tsunamis*. Os autores, estudiosos de planejamento regional e urbano das Universidades de Massachussets e Carolina do Norte nos Estados Unidos, escreveram também um livro sobre a reconstrução das cidades modernas pós-desastres (VALE, 2005).

No caso da Cidade do México, atingida por um terremoto em 1985, o artigo contrapõe a burocracia estatal à flexibilidade necessária para a reconstrução. Refere-se à construção do memorial que substituiu as Torres Gêmeas destruídas após os ataques terroristas de 11 de setembro em NY como um símbolo tangível a partir do qual a recuperação psicológica dos sobreviventes pode se apoiar. Para os autores, a chamada resiliência urbana envolve os esforços para planejar e antecipar-se às possibilidades de desastres, tarefa desempenhada normalmente pelas agências de defesa civil, mas que, segundo eles, envolve, além da reconstrução física, sua reconstrução cultural.

Há ainda o livro *Supere - a arte de lidar com as adversidades* (CARMELLO, 2004) que busca explicar o fenômeno da resiliência a partir de linguagem acessível ao grande público e sites como o da FISESP – Federação Israelita do Estado de São Paulo - (www.fisesp.org.br), que, em seu Departamento de Assistência e Serviço Social, traz um artigo com o título “Resiliência: superando a adversidade”, que relata pesquisa, feita a partir de narrativas autobiográficas, em que a autora⁴ selecionou aqueles que conseguiram preservar sua capacidade afetiva e de trabalho e seu interesse e compromisso com as outras pessoas e com a sociedade, designando-os como resilientes.

A observação empírica tem constatado também o incremento do uso do termo resiliência em propostas de consultorias de Recursos Humanos (RH) para projetos de desenvolvimento humano nas organizações, o que pode resultar na banalização do conceito. Veremos mais adiante que no meio acadêmico Luthar (2000) reflete esta mesma preocupação ao se perguntar se não se está diante de um fenômeno de modismo.

⁴ Cenise Monte Vicente

2.4. Imagens da resiliência: contribuições da arte cinematográfica

A análise de alguns filmes de longa metragem veiculados nos últimos cinco anos pode contribuir para ilustrar alguns aspectos discutidos até aqui sobre a teoria da resiliência. Considerando-as como obras de grande impacto sobre o imaginário social, empreendeu-se a análise documental e de conteúdo de dois filmes que abordam a temática da adaptação em condições de adversidade.

Esses filmes proporcionam a discussão da adaptação positiva - ou falso positiva - em condições de extrema adversidade. De forma breve, buscaremos entender a expressão da resiliência nas situações enfocadas e discutir aspectos conceituais suscitados pelos mesmos.

Caso 1: “FRIDA”

Direção: Julie Taymer

Produção (EUA): Salma Hayek

Distribuição: Miramax Films / Lumière

Atores: Salma Hayek, Alfredo Molina, Geoffrey Rush, Ashley Judd, Antonio

Banderas, Edward Norton

Ano: 2002

Duração: 118 minutos

FRIDA, filme que aborda a biografia da pintora FRIDA KAHLO (1907-1954), apresenta a adversidade advinda da longa doença pós-acidente que a acometeu. Nascida no começo do século passado, teve a vida marcada por uma sucessão de acontecimentos

trágicos: depois da poliomielite na infância - que deixou como seqüela física um andar coxo - sofreu um acidente que a deixou imobilizada no leito por alguns anos, com a quase totalidade do corpo engessado, à exceção das mãos e dos pés. Ao longo do período de imobilidade, seus pais a presentearam com materiais para pintura e ela encontrou aí um meio de expressar sua dor e os sentimentos advindos da situação. Progressivamente, Frida se transformou em uma artista plástica, o que lhe possibilitou o desenvolvimento da resiliência no enfrentamento de sua situação.

Neste caso, é possível identificar como fator de proteção o desenvolvimento artístico da personagem pois foi ele que produziu a reconfiguração de sua vida psíquica.

Caso 2: “A VIDA É BELA” (La Vita è Bella)

Direção: Roberto Benigni

Produtor: (Itália) Gianluigi Braschi e Elda Ferri

Distribuição: Miramax Films

Ano: 1997

Atores: Roberto Benigni, Nicoletta Braschi, Giorgio Cantarini

Duração: 116 minutos

O filme “A vida é bela” demanda certo grau de aprofundamento da análise, uma vez que a estória narrada pelo mesmo não leva a conclusões unívocas, como no caso do filme anteriormente analisado.

Na Itália dos anos 40, Guido (Roberto Benigni) é levado a um campo de concentração nazista junto com seu filho pequeno e tudo faz para fazê-lo acreditar que estão

participando de uma grande brincadeira, com o intuito de protegê-lo do terror e da violência que os cercam. Visando tornar mais suportável ao filho o enfrentamento da situação, utiliza-se de um subterfúgio que é o de contar uma história, que falseia aquela realidade.

Neste caso, o filme expressa uma falsa resiliência, em função de que há uma tentativa do pai de reconfigurar a realidade que o filho estaria enfrentando, buscando mascarar o sofrimento presente. A releitura da realidade, conforme será discutido posteriormente, não pode ser efetuada pelo olhar alheio; a resiliência não pode ser conquistada de fora para dentro do indivíduo, mesmo que se trate de uma relação pai-filho, como retratada nesta película.

O tema será retomado mais adiante quando se analisar o artigo de Coutu (2002) que afirma que ver o mundo cor-de-rosa não é base para o desenvolvimento da resiliência, como ocorre neste filme.

2.5. Síntese do capítulo

O capítulo procurou identificar em fontes bíblicas, relatos literários e na cinematografia imagens da resiliência para que estas possam ser agora⁵ confrontadas com o conceito de resiliência, tal como ele vem sendo proposto pelos teóricos e pesquisadores do campo.

Da história de Jó, destaca-se o sentido da fé como promotor da resiliência; em Jacó, é possível identificar a transcendência no enfrentamento das adversidades. Em Frida, sublinha-se o papel da arte na re-configuração do universo subjetivo que possibilitou

⁵ Vide capítulo III.

seu crescimento pessoal. No filme 'A vida é bela', há um exemplo de falsa resiliência, uma vez que a narrativa do pai busca tornar a realidade cor-de-rosa e pelo fato de que a resiliência não pode ser proposta 'de fora para dentro'. Da narrativa de Frankl, que será retomada em diversas vezes ao longo desta dissertação, destaca-se principalmente sua afirmação sobre a existência de uma liberdade interior mesmo quando o sujeito é confrontado com a situação externa mais terrível.

CAPÍTULO III

Capítulo III: A literatura acadêmica sobre o tema da resiliência

A literatura acadêmica sobre a temática da resiliência é comentada a partir da origem e evolução histórica do conceito, do levantamento da produção científica recente – 2000 a 2004 – sobre o assunto e das proposições de quatro autores identificados a partir da revisão da literatura.

3. 1. Origens e evolução histórica do conceito de resiliência

Resiliência se refere ao processo dinâmico de adaptação positiva em contexto de significativa adversidade (LUTHAR, 2000). Originária do latim, a palavra *resilio* significa retornar a um estado anterior, sendo utilizada, na Engenharia e na Física, para definir a capacidade de um corpo físico voltar ao normal, depois de haver sofrido uma pressão sobre si.

A noção de resiliência vem sendo utilizada há muito tempo pela Física e Engenharia, sendo um de seus precursores o cientista inglês Thomas Young, que, em 1807, considerando tensão e compressão, introduziu pela primeira vez a noção de módulo de elasticidade. Young descrevia experimentos sobre tensão e compressão de barras, buscando a relação entre a força que era aplicada a um corpo e a deformação que esta produzia (TIMOSHEIBO, 1983, In: YUNES, 2003). A partir de então, denominou-se resiliência de um material como a energia de deformação máxima que ele é capaz de armazenar sem sofrer deformações permanentes, correspondente a uma determinada solicitação ou, dito de uma outra maneira, resiliência seria a capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica ou permanente. Nos materiais, o módulo de resiliência pode ser obtido em laboratório através de medições sucessivas ou da utilização de uma fórmula matemática que relaciona tensão e deformação e fornece com precisão a medida da resiliência de cada material, sendo possível constatar empiricamente que diferentes materiais apresentam diferentes módulos de resiliência. (YUNES, 2003).

Nas Ciências Humanas, o conceito tem sido utilizado para representar a capacidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos, mesmo num ambiente desfavorável, construir-se ou reconstruir-se positivamente frente às adversidades. As pesquisas nesta área partiram da observação de formas positivas de conduta de crianças e / ou grupos de indivíduos que vivem ou viveram em condições adversas e estenderam-se para o estudo das reações psicológicas diante de diversos tipos de situações traumáticas individuais - tais como estupro e abuso sexual – bem como traumas coletivos - tais como catástrofes ambientais, ataques terroristas, discriminação racial e outros.

A situação atual é base para que diversos autores (por exemplo, SHARKSNASS, 2003) proponham a capacitação de profissionais da área de saúde para lidar com sobreviventes de situações traumáticas ou a formação de especialistas em promoção de saúde comunitária. Da mesma forma, pesquisadores americanos indicam a necessidade de contar com profissionais treinados para lidar com pessoas que vivenciaram tragédias tais como o ataque terrorista em Oklahoma, em 1995, o tiroteio da escola secundária de Columbine, em 1999 ou os desastres aéreos. No caso do *tsunami*, grupos de psicólogos buscaram atender, mesmo em barracas improvisadas, os sobreviventes da catástrofe asiática, lidando com crianças que haviam perdido seus pais, seus parentes e suas casas⁶.

Ao longo da história humana, pessoas e populações têm sido expostas a eventos trágicos e têm sido capazes de lidar com eles e adaptar-se. Os estudos recentes se interessam pelos indivíduos e grupos que transcendem o âmbito do “lidar com a situação” e

⁶ Em 02 de janeiro de 2005, o jornal Folha de São Paulo noticiava que a UNICEF enviava pediatras à Tailândia para o atendimento psicológico das crianças sobreviventes. Na ocasião, dizia a diretora-executiva da UNICEF: “É difícil imaginar o medo, a confusão e o desespero de crianças que viram as ondas gigantes levar o mundo delas e deixar milhares de corpos nas margens do mar.”. E ainda: “Crianças perderam toda a representação de vida que conheciam, de irmãos até casa, escola e vizinhança.”

conseguem crescer ou se desenvolver a partir dela, tirando proveito da vivência traumática ou adversa para seu desenvolvimento (ASSIMAKOPOULOS, 2001).

A questão é típica da Psicologia Social, uma vez que coloca em perspectiva a relação entre o indivíduo e seu meio social e afigura-se importante na sociedade do século XXI, em que têm se alterado os parâmetros para a adaptação humana ao meio ambiente, sob o efeito de crescentes tensões sociais, econômicas e políticas, desafiando os cientistas a responder à complexidade de múltiplos processos interdependentes.

3.2. A trajetória deste estudo

A trajetória teórica deste estudo teve início com a análise do artigo *How Resilience Works*, publicado pela *Harvard Business Review* em 2002, que descrevia as características da pessoa ou organização resiliente (COUTU, 2002). A partir de então, realizou-se um levantamento da literatura sobre o tema, obtendo como resultado, apenas no ano de 2004, a localização de 2789 artigos e capítulos de livros na base de dados PSYCHOINFO (*Psychological Abstracts*); 69 na PROQUEST (*Dissertation Abstracts International*) e 36 na LILACS (*Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde*) com a palavra-chave resiliência⁷, além da identificação de pelo menos quatro autores que publicaram mais do que três artigos sobre o tema e que eram citados por diversos outros como referência. Estes autores serão mencionados no item 3.3 desta dissertação.

⁷ A palavra-chave foi utilizada em inglês: *resilience* e em português: resiliência.

Dentre as 2789 referências localizadas na base de dados PSYCHOINFO no ano de 2004 podem ser identificados temas que dizem respeito à resiliência e vivência de adversidade associada a abuso de drogas, alcoolismo, Holocausto e ataques terroristas - incluindo o ataque às Torres Gêmeas, ocorrido em NY, em 11 de setembro de 2001. Ainda na base PSYCHOINFO, destacam-se também estudos sobre o ajustamento de ex-prisioneiros políticos e estudos sobre adaptação positiva de portadores de HIV. Abuso sexual, seqüestro, incesto, abandono e adoção de crianças, delinqüência juvenil, maus-tratos, efeitos do Holocausto na segunda geração, comportamento de risco de lésbicas, gays e jovens bissexuais foram alguns dos assuntos encontrados nas referências do PROQUEST. A interface de pesquisa LILACS, além de abordar temas semelhantes aos já mencionados nas outras bases, revelou temas mais teóricos, voltados a reflexões sobre promoção da saúde e do desenvolvimento humano e proposição de modelos de atuação e estratégias de intervenção e prevenção. A pesquisa nessa base de dados latino-americana enfoca também algumas temáticas tipicamente brasileiras, tais como os estudos sobre a vida dos moradores de rua de grandes cidades.

A literatura é inequívoca em afirmar que, do ponto de vista histórico, a introdução do conceito de resiliência na Psicologia foi precedida pela utilização dos termos invencibilidade ou invulnerabilidade, propostos por Anthony para descrever, na Psicopatologia do Desenvolvimento, crianças que, apesar de prolongados períodos de adversidades e estresse psicológico, apresentavam saúde emocional e alta competência (WERNER & SMITH, 1992, In: YUNES, 2003).

Seguindo o desenvolvimento histórico do tema, Rutter (1985, 1993, In: YUNES, 2003), outro dos pioneiros no estudo da resiliência no campo da Psicologia, passou a

questionar a noção de invulnerabilidade, pois, segundo ele, esta pressupunha uma resistência quase absoluta ao *stress*, inexistência de limites para suportar o sofrimento e praticamente a imunidade por parte das crianças a qualquer tipo de desordem, independentemente das circunstâncias, e estes fatores não correspondiam aos resultados empíricos encontrados por ele.

Ao longo do tempo, as pesquisas passaram, então, a adotar o termo **resiliência**, que demonstrou ser um conceito mais adequado na descrição dos fenômenos, uma vez que sugeria certo grau de elasticidade diante da pressão / tensão, como nos materiais, sem sugerir invencibilidade.

O estudo de epidemiologia social realizado por E. E. Werner na ilha de Kauai (Hawaii), em que a autora acompanhou durante trinta e dois anos o desenvolvimento de aproximadamente 500 pessoas vivendo em condições de extrema pobreza, foi precursor na utilização do conceito de resiliência. Na situação analisada, a autora relata que pelo menos um terço da população sofreu situações de *stress*, dissolução do vínculo parental, alcoolismo e abuso, dentre outros, mas “apesar da situação de risco a que estavam expostas as crianças, estas conseguiam superar as adversidades e construir-se como pessoas” (MELILLO, 2005; MANCIAUX, 2001).

Embora os estudos voltados a crianças em situação de risco tenham permanecido como as principais referências que configuram este campo, a partir de então o espectro de temas abordados também se ampliou, incluindo pesquisas sobre resiliência em indivíduos adultos, famílias, comunidades e populações.

Pode-se exemplificar a ampliação do espectro de temas, a partir do estudo efetuado nas bases de dados anteriormente mencionado, com Luthar - que trata de famílias que enfrentam situações adversas como infertilidade, diabetes em adultos, AIDS em um membro da família e condições crônicas da infância - ou com os artigos e capítulos de livros que tratam de questões relacionadas ao terrorismo: HOFFMAN (1999) explora aspectos psico-sociais da mente terrorista; REISSMAN e outros (2004) estudam o comportamento humano em reação ao terrorismo e COATES & SCHECHTER, em 2004, publicaram estudo sobre o *stress* traumático de crianças em idade pré-escolar após ataque de 11 de setembro às Torres Gêmeas de NY.

Tem-se como certo que o estudo da resiliência humana emergiu do estudo do risco. Considerada inicialmente como resultado de traços de personalidade ou estilos de *coping* que faziam com que algumas crianças progredissem em seu desenvolvimento mesmo quando confrontadas com a adversidade, foi, depois, compreendida de forma sistêmica, a partir da relação indivíduo - contexto (WALLER, 2001).

De acordo com Masten (2001), o modelo que explicava o fenômeno com base na personalidade individual propunha a identificação das qualidades do indivíduo ou do ambiente que moderariam a influência da adversidade; o indivíduo ou o ambiente funcionariam, então, como uma espécie de *air-bag* ou sistema imunológico para com a adversidade (MASTEN, 2001).

Atualmente, poucos são os autores que sustentam ser a resiliência um traço pessoal, inerente ao indivíduo; a visão predominante busca explicar o fenômeno como processo dinâmico, multidimensional ou ecossistêmico (WALLER, 2001). Esta perspectiva – que encontra em Waller (2001) uma de suas maiores representantes - define resiliência

como “um produto – multideterminado e sempre mutável – de forças que interagem em determinado contexto ecossistêmico”. Segundo ela, uma vez que o desenvolvimento é um processo contínuo de adaptação e acomodação entre indivíduos e seus ambientes, há que se estudar a resiliência de forma contextualizada, considerando sempre o ecossistema constituído pela díade homem – meio. Critica aqueles que entenderam a resiliência como um resultado decorrente de traços de personalidade pois este enfoque obscurece a importância do contexto. Para ela, o equilíbrio - alcançado pelos indivíduos assim denominados resilientes - só pode ser explicado por uma perspectiva que incorpore, em suas análises, a interação dinâmica entre sistemas.

Tem-se também em Werner, no estudo anteriormente mencionado, uma representante desta mesma tendência, pois ela não atribui às crianças observadas qualquer temperamento ou personalidade especial nem tampouco explica o fenômeno por características genéticas ou capacidade cognitiva diferenciada. Em suas conclusões assinala a presença, sem exceções, de um dado em comum na vida daquelas crianças: todos (as) haviam usufruído do apoio irrestrito de um adulto significativo – fosse ele (a) um familiar ou não. Para ela, era o amor recebido pelas crianças que estava na base do desenvolvimento exitoso (MELILLO, 2005).

As palavras de MANCIAUX (2001) corroboram esta abordagem: “se a genética e a biologia determinam os limites do possível, resta um alto grau de liberdade e uma margem de manobra para a intervenção de recursos pessoais e profissionais. A cada instante, a resiliência resulta da interação entre o próprio indivíduo e meio que o cerca, entre o seu passado e o contexto do momento em termos políticos, econômicos, sociais e humanos” (MANCIAUX, 2001).

Também Luthar (2000), anteriormente citada, assume a interação do indivíduo com o contexto como fator explicativo, ao afirmar que resiliência é “o processo dinâmico de adaptação positiva em contexto de significativa adversidade”. E é nesta definição que se encontram, de forma sintética, as principais questões que permeiam os estudos e pesquisas neste campo, a saber: a) o que é adaptação; b) qual o sentido de positividade; c) qual a noção de adversidade nela implicada e d) como explicar a característica dinâmica e processual que se supõe presente.

Estes elementos serão discutidos no capítulo V desta dissertação pois, em última instância, expressam a complexidade de um campo de investigação que se propõe a explicar porque, diante das mesmas condições definidas como adversas, alguns indivíduos se desenvolvem satisfatoriamente ou crescem, ao superar as dificuldades, enquanto outros sucumbem, desenvolvem patologias ou se vitimizam.

3.3. Breve revisão da literatura acadêmica sobre resiliência

A resiliência representa, atualmente, um campo teórico de investigações sobre indivíduos, grupos ou populações que, em situação de adversidade, não desenvolvem a postura de vítimas (não se sentindo vítimas das circunstâncias, mesmo que confrontados com crises, traumas ou adversidades diversas) nem desenvolvem patologias, podendo até mesmo crescer psicologicamente a partir de seu enfrentamento.

Como dito anteriormente, foram identificados, na pesquisa em bases de dados referenciais, quatro autoras (LUTHAR, MASTEN, WALLER e ASSIMAKOPOULOS) que, além de extensa publicação sobre resiliência, produziram artigos recentes – entre 1999 e 2004 – e foram mencionados na bibliografia de inúmeros outros. Adicionalmente, foi utilizada também a qualidade do veículo de publicação destes autores como critério para a seleção dos mesmos. A seguir, são indicadas as principais contribuições de cada um (a) deles (as) para o estudo da resiliência.

Luthar (2000) empreende profunda avaliação crítica da literatura sobre resiliência, discutindo inúmeros aspectos da mesma, chegando até mesmo a questionar a validade científica do conceito. Para ela, há pouco consenso nas definições de adversidade e de adaptação positiva e variações na operacionalização e mensuração dos fatores envolvidos nas pesquisas. Problemas semelhantes são suscitados pelo uso do conceito de resiliência referenciado ora a um traço pessoal ora visto como um processo dinâmico. Os aspectos de proteção ou vulnerabilidade ficam sujeitos à mesma crítica.

Para ela, a natureza multidimensional na resiliência é ressaltada quando crianças em situação de alto risco manifestam competência em alguns domínios de sua existência, mas exibem problemas em outras áreas. “A inclusão de diversos domínios de adaptação complica a definição de indicadores da resiliência”, propõe a autora, indagando sobre o que é a adaptação positiva. Nota-se aqui uma associação errônea entre competência e resiliência: a presença de competências não garante, por si só, a resiliência, conforme será discutido adiante.

Considera ela que o constructo resiliência pressupõe a exposição dos indivíduos a riscos significativos, mas não considera o ponto de vista do sujeito sobre a adversidade, chegando alguns autores até a desconsiderar aquilo que é vivenciado pelo sujeito como adversidade, na medida em que tomam por base critérios estatísticos genéricos. De fato, a resiliência não se aplica aos processos adaptativos que ocorrem em **qualquer** situação de risco. Ao se referir a riscos **significativos**, a autora alerta para a consideração do significado do evento adverso na perspectiva do indivíduo.

Para esta autora, há uma instabilidade no valor das descobertas, uma vez que o conceito de resiliência pressupõe fatores como adaptação positiva que, em si mesmos, representam desafios científicos, o mesmo ocorrendo com o próprio fenômeno da resiliência que, segundo ela, é instável no longo prazo. Questiona, portanto, se o conceito agrega valor à ciência ou se é apenas um modismo intelectual. Conclui pela necessidade de aumentar o rigor científico, recomendando que futuras pesquisas busquem consistência de definições e terminologia, estabelecendo um referencial teórico claro, levando em consideração a natureza multidimensional do fenômeno; além disso, sugere que o enfoque das pesquisas seja voltado à compreensão do processo, mais que à sua descrição, incorporando o ponto de vista dos sujeitos, e que as pesquisas sejam realizadas de forma multidisciplinar, integrando conhecimentos da Biologia, da Antropologia e da Sociologia. Para Luthar (2000), é importante que os estudos sobre resiliência não investiguem o fenômeno apenas em crianças e que se aborde também a interface entre a pesquisa e a intervenção.

Luthar (2000), como representante da corrente crítica dentre os pesquisadores da resiliência, aponta, de maneira provocativa, para os aspectos que devem induzir a

reflexão entre os que adotam este referencial, a saber, a inconsistência das definições e da terminologia e o risco da adoção de parâmetros normativos quando se trata de adaptação em situação de adversidade. A autora não nega o valor das pesquisas a partir deste referencial, embora levante questões instigantes, que apontam para a necessidade de maior rigor científico.

Masten (2001) não considera a resiliência como um fenômeno extraordinário, mas como um processo comum, que ocorre em função da operação saudável de sistemas adaptativos humanos básicos. Para ela, se estes sistemas funcionam bem, então o desenvolvimento do ser humano se efetiva, mesmo que em condições de adversidade severa. Ao atribuir a resiliência a uma “magia ordinária” presente no viver, incorre em uma simplificação que parece se afastar da tentativa de compreensão do próprio conceito. Em seu raciocínio, o constructo da resiliência é uma inferência e sempre depende do contexto de estudo. Da mesma forma que Luthar, ela critica as pesquisas que se utilizaram de métodos estatísticos e probabilísticos para prever as respostas humanas perante a adversidade, pois estas desconsideram o ponto de vista do sujeito sobre o que constitui adversidade. Seu pensamento crítico se estende ao questionamento da mensuração do risco e à própria caracterização da adaptação positiva.

Pergunta ela se devemos nos basear em critérios internos ou externos para definir a adaptação positiva e, no caso dos critérios externos, se estes se referem ao atendimento às expectativas sociais, à ausência de patologias, ao bem-estar psicológico ou a baixos níveis de *distress*. E em todos estes aspectos, poder-se-ia discutir a validade do próprio parâmetro pois a adaptação positiva poderia não estar associada a nenhum deles.

Masten (2000) introduz ainda outros aspectos da revisão da literatura e, em especial, da literatura americana sobre o assunto. Baseando-se principalmente nos estudos com crianças, identifica dois modelos que subjazem os estudos e pesquisas de campo: a abordagem focada em variáveis e a abordagem com foco na pessoa. A primeira busca medir o grau de risco ou adversidade, bem como as qualidades do indivíduo ou do ambiente que compensam ou protegem contra as conseqüências negativas do risco ou adversidade. A segunda busca comparar indivíduos com diferentes perfis em um tempo determinado ou ao longo de determinado tempo a partir de critérios que permitam diferenciar aqueles que são resilientes de outros que não o são.

No modelo baseado em variáveis, existe o conceito de efeito compensatório que pressupõe que a presença de fatores de proteção compensa o risco representado pela adversidade. As práticas de intervenção se baseiam, então, no aumento do número de fatores de proteção na vida de uma criança, de forma a compensar os fatores de risco presentes, enquanto as políticas de prevenção procurariam reduzir ou minimizar os fatores de risco. Nesse último caso, procura-se evitar, sempre que possível, a ocorrência simultânea de vários fatores de risco. Entretanto, como se pode depreender das histórias de Frida e Frankl, a mera presença de fatores de proteção não promove o efeito compensatório indicado pela autora.

O modelo baseado na pessoa propõe a identificação das qualidades do indivíduo ou do ambiente que possam moderar a influência da adversidade. O ambiente poderia funcionar como uma espécie de *air-bag* ou como sistema imunológico para com a adversidade. Na literatura, o funcionamento intelectual é considerado um moderador por excelência, mas a autora questiona que tipo de atitude ou quais as habilidades

intelectuais que podem assumir este papel. O mesmo ocorre com relação às relações parentais efetivas, que, no caso de crianças, são tomados, de per si, como moderadoras e que Masten questiona sobre o parâmetro de efetividade considerado.

Nesse modelo (baseado na pessoa), as pesquisas buscam explicar as características que diferenciam as crianças que, em situação de risco, manifestam boa adaptação, podendo ser ditas resilientes. Num modelo que considera os quadrantes risco – alto ou baixo – e adaptação – positiva ou má - a autora adverte para o fato de continuarem sem explicação os casos de crianças que, diante de baixo risco, manifestam má adaptação.

Os fatores psico-sociais de proteção que são comuns às pesquisas em ambos os modelos são, como dissemos, a relação de cuidado parental e as habilidade cognitivas de autorregulação. Acrescente-se a estes fatores a visão positiva de si mesmo e a motivação para produzir efetividade no ambiente, que a autora associa à motivação intrínseca⁸.

Conclui Masten que, “a não ser que o funcionamento cognitivo ou a situação familiar estejam comprometidos antes, ou fiquem comprometidos em consequência da situação de adversidade, não há evidência de que a adversidade grave tenha maiores consequências sobre o comportamento adaptativo” (MASTEN, 2001, p. 232).

Como foi dito anteriormente, o raciocínio de Masten tende a reduzir o conceito a um fenômeno ordinário. Porém, ao propor o termo “magia ordinária”, a autora sintetiza o paradoxo presente neste campo de estudos, a saber, a identificação de um fenômeno passível de ocorrência cotidiana e que, ao mesmo tempo, pode ser atribuível a um plano

⁸ Motivação intrínseca é um conceito proposto por HERZBERG (ver HERZBERG, Frederick 1959: *The motivation to work.*)

mágico que é aquele que alude a efeitos surpreendentes, resultante de forças sobrenaturais. Esse raciocínio paradoxal permanece subjacente ao pensamento de outros autores, conforme conclusões deste estudo⁹.

Waller (2001) define resiliência como “um produto – multideterminado e sempre mutável – de forças que interagem em determinado contexto ecossistêmico”, definição que por si só, suscita alguns questionamentos, pois não se explicitam quais as forças que interagem.

Continua ela dizendo que o fenômeno “não ocorre *apesar* da adversidade, mas *em função* dela” (grifos da autora) e que todo e qualquer indivíduo, portanto, tem potencial para ser resiliente.

A explicação da autora se baseia no argumento de que, uma vez que o desenvolvimento é um processo contínuo de adaptação e acomodação entre indivíduos e seus ambientes, há que se estudar a resiliência de forma contextualizada, considerando o ecossistema constituído pela díade homem – meio e, em função disso, ela critica aqueles que atribuíram a resiliência a um resultado decorrente de traços de personalidade ou estilos de *coping*, uma vez que o enfoque nos traços de personalidade obscureceria o contexto ecossistêmico.

Define os fatores de risco como aqueles que ameaçam a adaptação positiva, identificando dois tipos básicos de risco, a saber, aqueles que configuram desafios às circunstâncias de vida e os que se caracterizam como traumas. Os fatores de proteção,

⁹ Vide capítulo VI.

por sua vez, seriam aqueles que favoreceriam resultados positivos, “operando como *buffers*¹⁰ entre o indivíduo e os fatores de risco impingidos ao seu bem-estar”.

Waller (2001) introduz a noção de que tanto os fatores de risco quanto os de proteção podem se originar de fontes internas, externas ou ambas; são pervasivos e também cumulativos; de fato, trata-se de cadeias de eventos ou situações que podem ser consideradas adversas e, da mesma forma, os fatores de proteção não podem ser considerados de forma isolada, mas apenas a partir de seu encadeamento. Também não se pode afirmá-los [fatores de proteção e fatores de risco] como categorias dicotômicas, uma vez que elas dependem da atribuição de significado por parte do sujeito que está vivendo a situação. Assim, o que é considerado adverso por um determinado indivíduo pode não ser considerado adverso por outro, podendo até mesmo assumir, para determinado sujeito, a conotação de desafio que leva ao seu crescimento.

A perspectiva ecossistêmica que caracteriza o enfoque desta autora pressupõe a interação de sistemas que, de forma dinâmica, podem – ou não - gerar equilíbrio. Por isso, face à natureza dinâmica dos fatores de risco e proteção, Waller (2001) recomenda que as pesquisas se apoiem em metodologias naturalísticas, participativas, etnográficas e que sejam captadas histórias e narrativas que possam trazer à tona o ponto de vista do sujeito e as características da interação indivíduo – meio.

Uma vez que Waller (ib.) aborda o fenômeno de maneira mais descritiva que explicativa, pode-se entender sua maior contribuição fica referida à caracterização dos fatores de risco e proteção e à identificação de uma relação dinâmica entre eles.

¹⁰ *Buffer*: pára-choque. Optou-se pela utilização do termo em inglês em função de não se tratar do pára-choque, entendido na língua portuguesa, como componente de veículos automotivos.

Assimakopoulos (2001) entende que a resiliência refere-se a um conjunto de características que possibilitam aos indivíduos não só a recuperação posterior ao (s) evento (s) traumático (s) mas o seu efetivo crescimento a partir dele (s) e o incremento de sua habilidade para responder a dificuldades futuras. Assim como em Waller (2001), mencionada acima, tampouco em Assimakopoulos se pode encontrar uma definição satisfatória para o conceito, uma vez que ela alude a um conjunto de características sem identificá-las.

Baseando-se, também ela, em pesquisa bibliográfica, aponta como qualidades das pessoas resilientes o bom funcionamento intelectual, a disposição para a sociabilidade, a auto-eficácia, a auto-estima, os talentos individuais e a fé. Quanto aos recursos familiares, uma relação próxima a uma boa figura parental, vantagens sócio-econômicas e conexões com uma rede familiar mais ampla que seja fonte de apoio foram identificados por ela como aspectos comuns aos resilientes. Além disso, estabelecer laços com outros adultos que desempenhem papéis de bons modelos, relacionar-se com organizações sociais e freqüentar escolas efetivas provaram ser outros fatores comuns a estes. Em síntese, três seriam os fatores de proteção presentes nas crianças resilientes: características disposicionais ou de personalidade, coesão familiar e disponibilidade de sistemas de suporte externos.

A autora, que trabalha sob a perspectiva fenomenológica, indica que a resiliência resulta da interação recíproca entre o indivíduo e várias partes da cultura e também entre cultura e trauma. Se, externamente, a cultura é representada por símbolos, ritos, rituais, linguagem e instituições, internamente ela se revela pela síntese de atitudes, crenças,

valores e pontos de vista. Assim, quando a cultura não consegue ser fonte de explicações para seus sofrimentos, os indivíduos sentem-se à deriva¹¹ e ocorrem rupturas na vida social e cultural. A compreensão do sofrimento humano e as pesquisas sobre resiliência podem, portanto, auxiliar-nos a perceber aquilo que falta à cultura no sentido de favorecer a resiliência.

Na medida em que crescem os fatores de risco – traumas políticos e sociais, traumas sexuais (abuso, estupro), catástrofes ambientais produzidas pelo homem e terrorismo, dentre outros – torna-se cada vez mais importante disponibilizar treinamento adequado a profissionais que possam ajudar sobreviventes de traumas e desastres a alcançar uma re-adaptação saudável, até mesmo desenhando novas modalidades de tratamento ou de serviços apropriados para tal finalidade. Segundo Assimakopoulos (2001), as conseqüências desses eventos são passadas de geração em geração e o risco de perda do “potencial humano de felicidade” é incalculável.

Para a autora, que, como dissemos, se posiciona junto a filósofos e psicólogos existencialistas, é na vivência da adversidade que se dá o encontro das oportunidades para o crescimento. Ela faz referência ao psiquiatra Victor Frankl como aquele que “passou a vida inteira tentando ajudar pessoas a encontrar sentido no sofrimento sem sentido” (ASSIMAKOPOULOS, 2001).

Como contribuição aos estudos sobre resiliência, Assimakopoulos (2001) revela, em sua pesquisa, que crianças e adultos que têm a oportunidade de serem mais frequentemente

¹¹ A autora utiliza o termo *dis-empowered*, aqui traduzido, de forma livre, pela expressão “à deriva”.

expostos à arte, à literatura, a filmes e a experimentar relacionamentos do tipo *mentoring*¹², terão amplificada sua capacidade de desenvolvimento de resiliência.

Mas talvez a contribuição mais importante desta autora seja a identificação do que ela denomina o “momento axial, central¹³” ou ponto de inflexão. Em suas palavras, trata-se “do momento crítico no ciclo de vida em que algum tipo de mudança intra-psíquica tem lugar, trazendo à consciência percepção da realidade de poder e escolha pessoal” e só então, o indivíduo passa da recuperação à resiliência.

Trata-se de um elemento crucial para o estudo da resiliência: esta, além de se diferenciar das reações clássicas e, até certo ponto, previsíveis, diante da situação traumática ou adversa - a paralisia, a depressão, a desesperança – representa uma **reconfiguração interna** do sujeito perante a situação e é esta transformação interior que se pode denominar resiliência.

3.4. Síntese da revisão da literatura sobre os estudos de resiliência

Resumem-se, a seguir, as questões críticas dos estudos sobre resiliência, que dizem respeito ao conceito propriamente dito, aos fundamentos teóricos das abordagens dele decorrentes, bem como aos pontos discutidos pelos autores citados, envolvendo as definições de adversidade e adaptação, fatores de risco e proteção.

As autoras pesquisadas concordam que a resiliência humana não é inata, podendo ser promovida. Não sendo uma característica inerente à personalidade do indivíduo,

¹² *Mentoring*, neste contexto, pode ser traduzido como relação com um mentor.

¹³ Em inglês: *pivotal moment*.

predomina o entendimento da resiliência como processo dinâmico, multidimensional ou ecossistêmico (WALLER, 2001).

As pesquisas neste campo envolvem pouco consenso, quer nas definições, quer em sua operacionalização e na mensuração dos resultados. Há controvérsia e polêmica no que diz respeito às noções de adversidade e adaptação positiva. Quando, por exemplo, se fala em adaptação positiva, pressupõe-se, na maior parte das vezes, o atendimento das demandas e solicitações da socialização convencional, deixando de considerar o fato de que a adaptação pode sobrepujar os parâmetros socialmente estabelecidos.

As autoras afirmam que a maior parte das pesquisas sobre resiliência utilizou-se de métodos estatísticos e probabilísticos para prever as respostas humanas face à adversidade do ambiente e não incorporou o **ponto de vista do sujeito** sobre a chamada situação adversa, embora o que seja entendido como adverso pelo sujeito possa variar em função do próprio indivíduo, do contexto em que ele está inserido e de sua história de vida. Como afirma Frankl, “muitas vezes é justamente uma situação exterior extremamente difícil que dá à pessoa a oportunidade de crescer interiormente para além de si mesma. (FRANKL, 1996, p.72)”

Segundo a literatura, a condição resiliente implica no equilíbrio dinâmico entre os fatores de risco – definidos como ameaça à adaptação positiva – e os fatores de proteção – que operariam como *buffers* entre o indivíduo e os fatores de risco impingidos ao seu bem estar ou a seu desenvolvimento. A adversidade poderia ser classificada de acordo com duas categorias de risco: a) o desafio às condições da vida; b) a vivência de um

trauma. Entretanto, risco e proteção não são categorias dicotômicas dependendo, ambos, da atribuição de significado por parte do sujeito.

Fatores de risco e proteção podem se originar de fontes internas, externas ou de ambas, existindo cadeias de riscos e cadeias de proteção e comutatividade de fatores, tanto de risco quanto de compensação. Além disso, fatores risco e de proteção influenciam-se mutuamente ao longo do tempo, podendo mesmo intercambiar-se. Segundo Masten, em um dos estudos, descobriu-se que, a partir dos modelos paternos recebidos pela criança, poder-se-ia prever sua competência em lidar com a adversidade ao longo do tempo – em outras palavras, sua resiliência – mas, ao mesmo tempo, era possível observar que a competência da criança face à adversidade influenciava, por sua vez, mudanças na qualidade do cuidado parental (MASTEN, 2001).

Masten (2001) entende a resiliência como uma “magia ordinária”, comum e presente no cotidiano de todos os seres humanos: trata-se da magia do próprio viver. A afirmação é, até certo ponto, coerente com Waller (2001) que diz ser a resiliência um potencial presente em todos os seres. No entanto, embora o processo de adaptação em situação de risco possa ser considerado alcançável ou passível de desenvolvimento por todo e qualquer ser humano, pelo estudo da resiliência acrescentam-se dados importantes a este campo, em especial se forem considerados os resultados de pesquisa como subsídios para o desenvolvimento de políticas ou processos de prevenção.

CAPÍTULO IV

Capítulo IV: Resiliência no contexto do trabalho humano nas organizações

Neste capítulo são introduzidos alguns estudos que se utilizam do conceito de resiliência no contexto do trabalho humano nas organizações.

4.1. A resiliência no ambiente organizacional

Dados empíricos e análise da literatura apontam para o fato de que o trabalho da pós-modernidade tem sido marcado pelo significativo incremento das pressões pelo cumprimento de metas e prazos, pelas rupturas e incertezas.

“O presente momento histórico é caracterizado por frequentes e rápidas transformações de tecnologia e de equacionamento econômico demandando mobilização de mudanças nos indivíduos e nas instituições. Busca-se a flexibilidade de ação, de estrutura e de vida pessoal, como meio de ajustamento a novas contingências e condições econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e políticas. [...] O desempenho profissional nessas condições obriga o indivíduo a administrar sua vida profissional, ou seja a trabalhar arduamente na reposição de si mesmo, uma vez que os referenciais ao seu redor, através dos quais ele atribui sentido e valor para si mesmo, estão em constante alteração. [...] Nesse sentido, a capacidade de administrar sua identidade torna-se uma competência fundamental para a sua sobrevivência profissional. Em outras palavras, a administração da própria identidade, como esforço de ajustamento da competência, do vínculo com o trabalho e de reconstrução de sua trajetória histórica é um sinal de eficácia na responsividade à metamorfose do mundo. A identidade emerge como um conceito e uma ferramenta da vida profissional.”

(MALVEZZI, 2000).

Em função das características que assumiu o trabalho humano no século XXI, é possível analisá-lo à luz do conceito de resiliência, uma vez que as adversidades aí presentes demandam a mobilização de recursos sobre-humanos para seu enfrentamento.

Para Malvezzi (2000), as transformações econômicas e tecnológicas recentes inseriram novos contornos às mudanças na forma do trabalho humano nas organizações e estas têm causado impacto sobre a identidade do sujeito organizacional. Rupturas nas carreiras dos indivíduos, competição acirrada, pressão pelo cumprimento de metas e cronogramas são alguns dos elementos que caracterizam o momento atual, em que “a administração da própria subjetividade passa a ser uma competência requerida pelos indivíduos que trabalham nas organizações” (MALVEZZI, 1995).

Ao definir a ruptura como o desequilíbrio entre familiaridade, poder e limite subjetivo e, ao considerar que os três elementos constituem fatores de controle do indivíduo sobre o seu trabalho, pode-se afirmar que a sociedade atual traz consigo inúmeras formas de rupturas, com reflexos importantes sobre a saúde física e psíquica dos indivíduos. (SATO, 1993)

Para compreender a relação entre as questões atuais do trabalho humano, suas rupturas e a resiliência, abordar-se-ão alguns elementos do referencial de Dejours (1994), teórico que vem contribuindo com inúmeros estudos na área da Psicopatologia do Trabalho.

Na perspectiva de Dejours (1994), o trabalho humano pode gerar dois tipos distintos de sofrimento: o sofrimento patogênico e o sofrimento criativo.

O sofrimento patogênico aparece quando todas as margens de liberdade na transformação, gestão e aperfeiçoamento da organização do trabalho já foram utilizadas pelo(s) indivíduo(s), ou seja, “quando foram explorados todos os recursos defensivos, o sofrimento residual, não compensado, continua seu trabalho de solapar e começa a destruir o aparelho mental e o equilíbrio psíquico do sujeito, empurrando-o lenta ou brutalmente para uma descompensação (mental ou psicossomática) e para a doença”.

O sofrimento criativo, por sua vez, pode trazer benefícios à identidade, na medida em que aumenta a resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica e somática. Neste último caso, o trabalho funciona como mediador para a saúde.

O autor discute as inter-relações entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico, destacando o conceito de estratégia defensiva, em oposição ao mecanismo de defesa individual; identifica meios ou estratégias coletivas de reagir à organização do trabalho (divisão do trabalho e divisão de homens) e seu estabelecimento aparece como regra de existência/permanência em determinado contexto/ambiente.

A Psicopatologia do Trabalho e as pesquisas sobre resiliência no trabalho humano parecem apresentar pontos em comum: ambas propõem um referencial de compreensão dos fatores de risco a que estão sujeitos os trabalhadores e investigam, cada uma a seu modo, os elementos que estão presentes ou podem ser desenvolvidos para lidar com o sofrimento.

Saúde, seja na perspectiva da Psicopatologia do Trabalho, seja nos estudos de resiliência, não consiste em ausência de patologias. No nível psíquico, saúde não é

sinônimo, por exemplo, de ausência de angústia e que “há pessoas que, embora angustiadas, encontram-se em perfeita saúde.” (DEJOURS, 1986).

A definição de saúde da OMS – Organização Mundial de Saúde – alude a um estado de conforto e bem estar físico, mental e social que, para DEJOURS, aproxima-se dos “tipos ideais” weberianos. Para ele, a saúde não é um estado estável, mas um objetivo a ser buscado. Este estado de saúde “não é certamente um estado de calma, de ausência de movimento, de conforto, de bem-estar e de ociosidade. É algo que muda constantemente.” (DEJOURS, 1986). Nesta abordagem, a variabilidade, a não cristalização e as mudanças no campo do trabalho humano são favoráveis à saúde.

A afinidade de proposições entre a teoria de Dejours e os escritos sobre resiliência podem ser resumidos como se segue: Saúde não é ausência de patologia (DEJOURS, 1986); resiliência tampouco é representada por oposição ou pela ausência de patologias (MASTEN, 2001). O sofrimento pode ser patogênico ou criativo (DEJOURS, 1994), assim como diante da situação de risco à saúde psíquica, pode haver patologia ou resiliência. Saúde, nos dois referenciais, é também associada à presença de esperanças, sonhos, desejos. A ausência destes elementos ou sua impossibilidade representa risco à saúde psíquica do trabalhador.

Cabe ressaltar ainda, no paralelo entre a Psicopatologia do Trabalho de Dejours e a Teoria da Resiliência, a possível associação entre o fenômeno da resiliência e o sofrimento criativo. Seja no relato de Frankl (1997), seja nas pesquisas de Waller (2001), encontramos indicações de que não é na ausência da adversidade, mas, muitas vezes, em função de sua presença, que ocorre o processo da resiliência e é o

enfrentamento mesmo da situação adversa que possibilita o crescimento do indivíduo, promovendo benefícios à saúde mental.

Analisa-se, a seguir, alguns elementos da vida organizacional moderna, a partir dos fatores de risco e proteção que a caracterizam.

4.2 Resiliência e Comportamento Organizacional

O termo resiliência no contexto do trabalho nas organizações será aqui entendido como existência – ou construção - de capacidades adaptativas, de forma a preservar a homeostase na relação homem – trabalho em um ambiente em transformação, permeado por inúmeras formas de rupturas.

A competição intra e inter-organizacional faz com que metas devam ser alcançadas em prazos cada vez mais curtos; a virtualização do tempo e do espaço introduz uma dimensão de trabalho a-qualquer-tempo-em-qualquer-lugar que pressiona o indivíduo a uma adaptação cada vez mais complexa; a fronteira entre o espaço público e privado se liquefaz¹⁴, pressionando a interface entre trabalho e vida pessoal; o indivíduo sente-se encurralado, muitas vezes como se ‘não houvesse saída’, pressionado pelos resultados a apresentar. A necessidade de atualização contínua de conhecimentos - dado que a inteligência torna-se ativo valioso - gera tensão e necessidade de administrar o tempo pessoal entre o estudo, o trabalho e a vida pessoal e o conjunto destes elementos faz da administração da própria subjetividade uma competência estratégica para a sobrevivência do indivíduo no contexto do trabalho organizado.

¹⁴ Ver BALMAN, Z. (2000) Liquid Modernity.

O artigo *How Resilience Works*, publicado pela *Harvard Business Review*, aponta para três características da pessoa ou organização resiliente, a saber: a) a firme aceitação da realidade; b) uma crença profunda, em geral apoiada por valores fortemente sustentados, de que a vida é significativa e c) uma "misteriosa" habilidade para improvisar.

Quanto à primeira característica, ressalte-se que a natureza otimista – que o senso comum poderia atribuir aos resilientes – não deve, sob qualquer hipótese, ser tomada como sinônimo de distorção do senso de realidade. Como dissemos, ao comentar o filme “A vida é bela”, ver o mundo cor-de-rosa em situações adversas pode significar uma recusa em enfrentar o problema, ou seja, uma falsa resiliência.

"A habilidade para ver a realidade está intimamente relacionada ao segundo bloco [de características] que compõe a resiliência, a propensão a atribuir significado a tempos terríveis" (COUTU, 2002). A existência desse atributo possibilita ao indivíduo transcender a posição de vítima das circunstâncias exteriores e, de alguma forma, "extrair lições" dos acontecimentos e situações de crises advindas do exterior.

Para a autora, a terceira característica da resiliência comentada no artigo aproxima-se muito daquilo que o antropólogo francês Claude Levy-Strauss denomina de habilidade de *bricolage*. "*Bricolage* [...] pode ser definido como um tipo de inventividade, uma habilidade para improvisar uma solução para um problema sem ter à disposição as ferramentas ou materiais próprios ou óbvios. *Bricoleurs* estão sempre manipulando coisas de forma lúdica, brincando. [...] Eles fazem o melhor a partir daquilo de que dispõem, utilizando objetos para fins não usuais." (COUTU, 2002).

O artigo de Coutu (2002) foi a base para esta pesquisa sobre a resiliência e comportamento humano nas organizações. Embora a literatura no contexto do trabalho humano seja menos extensa que aquela referida a outras temáticas, foi possível identificar outros estudos recentes que trazem à tona este tema. É o caso da tese de Fernando Job (2003), que analisa a dimensão da centralidade do trabalho na vida humana e os significados que este pode assumir, mesmo quando associado à doença e ao sofrimento.

Job (2003) descreve os chamados fatores de risco - a organização e as condições de trabalho - e os fatores de proteção, aos quais denomina resiliência. Dentre os fatores geradores de sofrimento no trabalho, destacam-se a “pressão e responsabilidade do trabalho, a incapacidade de aceitar as próprias falhas, a falta de tempo para a família, a falta de apoio dos pares e / ou superiores, a falta de reconhecimento, a frustração e a falta de domínio sobre o futuro”. Dentre os fatores de proteção, ele destaca: autonomia, auto-estima, autodeterminação, respeito, reconhecimento, participação da família, amigos, esperança e fé. Para o autor, a resiliência está associada, entre outras, à auto-estima, à busca de significado para a vida, à esperança, à preservação da identidade, bem como às crenças individuais e à auto-afirmação.

Em seu estudo, que envolveu trabalhadores do setor eletro-eletrônico, ele buscou entender os sentidos que os sujeitos atribuem ao trabalho, as pressões às quais estavam sujeitos, suas motivações, bem como os fatores que, uma vez ausentes, eram apontados como desmotivadores.

Uma de suas conclusões da tese de Job (2003, grifos nossos) foi o fato de que os trabalhadores percebem a **si próprios** como uma fonte de pressão maior que a pressão externa que porventura exista no ambiente de trabalho, como se houvesse uma “cobrança interna” para com o seu desempenho pessoal.

Outro aspecto é o fato de que, dentre os fatores geradores de sofrimento, os trabalhadores indicavam a falta de tempo para a família e a dificuldade de aceitar as próprias falhas, além da falta de domínio sobre seu futuro.

Estes são alguns dos fatores que vêm sendo analisados em uma pesquisa empírica, ora em andamento, com executivos que são alunos de cursos de pós-graduação e encontram obstáculos para conciliar as demandas do trabalho, curso e vida pessoal. O grupo em estudo é constituído por gerentes e dirigentes de diversas empresas que, além de enfrentar uma carga de trabalho elevada, freqüentam – simultaneamente - cursos de educação continuada, tais como o *Master in Business Administration* - MBA. Os resultados desta pesquisa vêm sendo examinados à luz do referencial teórico aqui discutido.

Ressalte-se que, considerando a natureza dinâmica dos fatores de riscos e proteção, incorporou-se nesse trabalho a sugestão de Waller (2001), mencionada anteriormente, de que as pesquisas adotassem metodologias naturalísticas, participativas, etnográficas; segundo ela, as narrativas e as histórias deveriam incorporar a perspectiva do sujeito sobre a situação que enfrenta e sobre os recursos pessoais que podem encontrar expressão em cada momento e diante de cada situação. Assim, na presente pesquisa,

tem-se utilizado a metodologia da observação participante, complementada por entrevistas.

O estudo - que busca compreender o fenômeno da resiliência na vida do trabalho nas organizações – tem investigado os fatores de risco e proteção, **na perspectiva dos atores**, considerando as narrativas e histórias que permitem mapear os fatores de risco e proteção, segundo esses executivos, possibilitando evitar o viés estatístico discutido anteriormente.

A análise das narrativas tem sido realizada tendo como referencial teórico o estudo de McCarthy (2002), que examina histórias do cotidiano organizacional, com foco no comportamento adaptativo em tempos de incerteza e mudança.

CAPÍTULO V

Capítulo V: Resiliência: um referencial teórico consistente?

Neste capítulo, são discutidos os aspectos congruentes e incongruentes do conceito e resumidos os pontos críticos para a utilização deste conceito como referencial para pesquisas futuras. A proposição do conceito de resiliência é também analisada à luz de outras teorias e referenciais de análise.

Capítulo V: Resiliência: um referencial teórico consistente?

A discussão dos pontos críticos da abordagem do fenômeno da resiliência será aqui realizada retomando a definição de Luthar que se refere ao “processo dinâmico de adaptação positiva em contexto de significativa adversidade” (LUTHAR, 2000). Conforme mencionado anteriormente, é nesta definição que se encontram, de forma sintética, as principais questões que permeiam os estudos e pesquisas neste campo, a saber: a) o que é adaptação; b) qual o sentido de positividade; c) que impacto a adversidade causa no sujeito e d) como entender a característica dinâmica e processual que se supõe presente.

5.1. A questão da adaptação positiva

Os estudos sobre resiliência tendem a considerar que a adaptação foi positiva “quando o indivíduo alcançou as expectativas sociais associadas à sua etapa de desenvolvimento ou quando não houve sinais de desajuste” (INFANTE, 2005) e a adaptação positiva considerada como indicadora da existência ou não de um processo de resiliência – ou uma adaptação resiliente -, num modelo “ex-post”, sendo possível detectar, aqui, uma forte conotação ideológica, uma vez que se baseia em expectativas de um desenvolvimento “normal”, que seguramente varia conforme a cultura e a sociedade na qual ocorre o processo. “Os parâmetros de avaliação do que se considera ‘apropriado’ para cada etapa de desenvolvimento provém da literatura produzida em sociedades desenvolvidas que geralmente estudaram rapazes anglo-saxões de classe média” (RIGSBY, 1994 In: INFANTE, 2005). Luthar, que tem vários trabalhos sobre crianças em situação de pobreza extrema, (1999, In: INFANTE, 2005) interroga-se acerca do

“desafio de desenvolver futuras pesquisas que definam modelos conceituais de desenvolvimento normal em contextos de pobreza” para que se possa interpretar o fenômeno da resiliência à luz destes parâmetros.

É exatamente neste sentido que Masten (2001), mencionada anteriormente, critica as pesquisas que se utilizam métodos estatísticos e probabilísticos para prever as respostas humanas perante a adversidade, pois ela entende que nesta vertente de pesquisa normativa subjaz a forte conotação ideológica aludida e também a desconsideração pelo olhar do sujeito sobre a adversidade.

Para Melillo (2004), falar em adaptação implica desconhecer o papel de agente por parte do indivíduo que enfrenta a situação, bem como a participação deste na construção da sociedade e na mudança social. Adaptação não pode ser tomada como sinônimo de conformismo social. Ainda que se considere que, em determinadas circunstâncias, ocorram ajustes externos às demandas que não necessariamente correspondem ao ajuste interno realizado pelo indivíduo, fica evidenciada uma preocupação pela autenticidade, muitas vezes contraposta à legitimização de processos sociais adversos. O autor cita exemplos do passado latino-americano no qual, no contexto ditatorial, adaptar-se era entendido como sinônimo de subjugar-se para sobreviver. O autor discute a possibilidade de uma adaptação que não exclua a transformação – do próprio agente ou da realidade que o cerca. Melillo (2004) utiliza-se da definição de adaptação proposta por Zukerfeld (1998) para o qual: adaptação é “a capacidade do aparato psíquico ter em conta: a) a existência de uma realidade independente do próprio mecanismo mental, quer seja corporal ou intersubjetivo; b) a possibilidade de realizar ações para transformar de alguma maneira aquelas realidades”. (ZUKERFELD, 1998 In:

MELILLO, 2004; grifos do autor). Entende-se, pois, que o indivíduo, em sua convivência social, tenha a capacidade de fazer uma apreciação crítica desta realidade e também de acionar sua transformação. Conseqüentemente, “a ‘desadaptação’, própria da neurose e da psicose, implica fracasso em alguma dessas instâncias ou em ambas” (MELILLO, 2004). Nessa abordagem, o indivíduo é tido como agente da própria ecologia e adaptação social. Em outras palavras, adaptação é entendida como a capacidade de transformar ativamente a si próprio ou ao ambiente e, numa analogia à gramática de uma língua, o indivíduo é o sujeito e não o objeto de sua história pessoal; ele é construtor de uma biografia particular, singular e única: a sua.

Gallende (2004) apresenta raciocínio semelhante, ao afirmar que na relação indivíduo – sociedade / cultura, devem ser consideradas, simultaneamente, a produção da subjetividade pela cultura e o indivíduo como produtor de cultura. Para ele, “o sujeito não possui, previamente, a capacidade para enfrentar a adversidade [...] Diante de uma circunstância adversa, ele [o indivíduo] cria, utilizando, para isso, a capacidade de ação racional e o pensamento crítico” (GALLENDE, 2004). Dito de outra maneira, o indivíduo não é “tabula rasa” de sua história.

Teórico de orientação psicanalítica, tece considerações sobre as mudanças profundas que têm ocorrido nas instituições sociais que a tradição da Psicanálise considera relevantes no sentido da construção da subjetividade – a família edípica, instituição escolar, a lei, a religião - e analisa o impacto dessas mudanças na construção da subjetividade humana. Para ele, tem sido “difícil falar de família com vínculo familiar ou da escola como território coerente e homogêneo”. Famílias monoparentais e lares unipessoais, por exemplo, vêm crescendo nas grandes cidades, assim como tem

aumentado o número de filhos que crescem separados de um dos progenitores, face à elevada taxa de divórcios. Ao mesmo tempo, novas instituições sociais - TV, cinema, informática, entre outras -, geram caos e dispersão mas abrem novas possibilidades de construção da subjetividade.

Cabe lembrar que a subjetividade é aqui definida como “sistema de representações, dispositivo para produção de significados e sentidos para vida, valores éticos e morais”. E, neste contexto, é a “subjetividade criativa, autônoma, ativa e disposta à inovação e à mudança que pode ser considerada como resiliência” (GALLENDE , 2004).

Antes de concluir a análise crítica do conceito de adaptação positiva que tem sido utilizado como parâmetro para identificação do fenómeno da resiliência, há ainda que se considerar a situação em que indivíduos desenvolvem patologias ou vitimização embora não estejam expostos a adversidades. Rodríguez (2005) busca explicar este tipo de inadaptação (sem que haja adversidade ou trauma presente) pelo fato de que o que é considerado “adverso para um pode ser fator de resiliência para outro”, remetendo à singularidade da percepção do sujeito sobre o risco ao qual está exposto (RODRIGUÉZ, 2005). Para este autor, devem ser considerados os aportes freudianos segundo os quais, “o ser humano, mesmo que rodeado das máximas circunstâncias favorecedoras [para seu desenvolvimento], nem sempre busca seu bem estar ou o de sua comunidade”, indicando que mecanismos masoquistas podem estar presentes. “Não é linear a relação entre o ambiente familiar protetor e o bem estar psíquico ou saúde mental” (GALLENDE , 2004).

Em resumo, pode-se afirmar que o discurso da adaptação positiva tem conotação ideológica, uma vez que a adaptação não é necessariamente sinônimo de conformismo social; não se pode pensar em uma adaptação que exclua a transformação, mas, ao contrário, deve-se pressupô-la, entendendo o indivíduo como agente da transformação, seja de si próprio, seja de seu ambiente.

5.2. A definição de adversidade

Muitos autores apontam que é a própria presença da adversidade que propicia o surgimento de soluções criativas para a adaptação (como, por exemplo, RODRIGUÉZ, 2005).

Para Gallende (2004), é a adversidade que produz resiliência. “São estas mesmas circunstâncias, que consideramos adversas para o sujeito comum, que produzem nele as condições subjetivas criativas, que enriquecem suas possibilidades práticas de atuar sobre a realidade em que vive e transformá-la ou transformar-se. É a capacidade de uma atividade racional e crítica sobre suas condições de existência que, por sua vez, produz sobre ele novas possibilidades subjetivas” (GALLENDE, 2004).

Isso quer dizer que, diante da adversidade, o indivíduo mobiliza um conjunto de recursos dos quais, muitas vezes, não tinha consciência anterior ao momento do enfrentamento, cujo efeito é potencializador de crescimento e enriquecimento pessoal e que, na ausência da adversidade, não teriam se explicitado.

Também Waller, citada anteriormente, afirma que o fenômeno “não ocorre *apesar* da adversidade, mas *em função* dela” (WALLER, 2001; grifos da autora). E Gallende: “A adversidade é produtora de integração, condição para subjetividade resiliente” (GALLENDE, 2004).

O relato de Victor Frankl corrobora as afirmações: “muitas vezes é justamente uma situação exterior extremamente difícil que dá à pessoa a oportunidade de crescer interiormente para além de si mesma. (FRANKL, 1997, p.72)”

Para Rodríguez (2005), o conceito de resiliência “surge do fracasso das predições provenientes dos modelos de risco; [...] da surpresa [dos pesquisadores em constatar] que indivíduos condenados à enfermidade, de acordo com o modelo de risco, não confirmavam este destino e [conseguiam] até realização pessoal”.

Groteberg (2005) alerta para o fato de que, se os fatores de proteção servem para neutralizar o risco, estes podem ser identificados com a imunidade ao perigo e, neste caso, não haveria necessidade de desenvolver a resiliência, entendendo que a ausência de desafio e a existência de mecanismos protetores não geram estímulo para desenvolver a resiliência. Da mesma forma, quando Melillo afirma que a “resiliência [é a] união dialética entre adversidade e adaptação positiva”, pode-se entender a impossibilidade de exclusão de um dos termos dessa complexa equação (MELILLO, 2004).

O assunto ganha maior complexidade quando se considera a afirmação de Groteberg (2005) de que as “situações adversas não são estáticas, elas mudam e requerem mudanças nas condutas resilientes” e que, na atualidade, enfrentam-se, cotidianamente,

novas formas de adversidade (GALLENDE, 2004) ou, nas palavras de Ojeda (2004), há que se enfrentar um verdadeiro bombardeio de eventos negativos (OJEDA, 2004).

Gallende (2004) identifica, entre as novas formas de adversidade e risco potencial à saúde humana, o avanço do fundamentalismo, as diversas modalidades de violência social de localização progressivamente doméstica, o incremento do individualismo, da massificação, do “narcisismo social” e das condutas auto e hetero-agressivas (consumo de substâncias tóxicas, vícios, destruição do meio ambiente, violência social) (GALLENDE, 2004).

Uma vez que a presença da adversidade pode ser considerada condição para o processo de desenvolvimento da resiliência, os modelos iniciais¹⁵ que propunham a redução dos fatores de risco fracassam ou eliminam a razão de ser de seu próprio objeto de estudo. A ênfase das pesquisas deve, então, identificar o que é considerado adverso pelos indivíduos ou grupos que enfrentam determinada situação e analisar os recursos dos quais dispõem – ou podem desenvolver – de forma a superar ou transcender os fatores de risco presentes.

Resume-se, dizendo que: a) A adversidade é condição *sine qua non* para o desenvolvimento da resiliência, guardando, com ela, uma relação de opostos dialéticos; b) A adversidade deve ser identificada e analisada considerando-se a percepção do sujeito que vivencia esta condição.

¹⁵ Vide história do conceito de resiliência no capítulo II da dissertação.

5.3. A definição de resiliência

Para Gallende, resiliência é um conceito que “subverte a idéia de causalidade do pensamento médico positivista e algumas das concepções de saúde vigentes, [uma vez que] introduz o aleatório, [...] o sujeito capaz de valoração, de criar sentidos de vida, de produzir significações”, evocando a complexidade, demandando a integração daquilo que a ciência separa (GALLENDE, 2004, grifos nossos).

O indivíduo ou grupo capaz de encontrar qualidade de vida em meio ao que é considerado socialmente ruim ou prejudicial é aquele capaz de atribuição de significado, de valoração, de criação de soluções onde, aparentemente, estas não existem. O fenômeno da resiliência apóia-se numa experiência subjetiva que envolve sensibilidade e valorização.

“No reino animal, não há resiliência; ali, como pensava Darwin, a seleção natural se produz pela aptidão; os mais aptos sobrevivem; a sociabilidade da manada exige adaptação. Os animais sociais, como as abelhas ou as formigas, não devem nada de seu comportamento à cultura; reproduzem em conjunto, cooperando entre si, os comportamentos governados por seu material genético. O homem, em sua sociabilidade, conta com a linguagem e com a apropriação diferenciada e específica das idéias e valores de sua cultura; é capaz de pensar e valorar sua relação com o ambiente natural e social em que vive. Por isso, é capaz de alterá-lo, modificá-lo, em função do cumprimento de seu desejo, seus anseios, sua ambição. O comportamento do animal social não é automático, inato; o do homem pode ser criativo, diferencial, não repetitivo nem adaptado. Este chega ao extremo, vale recordar, de sacrificar sua vida biológica por uma idéia, uma paixão ou uma ambição. Por isso, o grupo humano, a comunidade, não consegue nunca a estabilidade de uma colméia, mas está sempre em tensão e conflito, pela pressão de quem não assume as condições de existência como um destino. A teoria do ‘genoma social’ mostra [...] que estes comportamentos resilientes não atuam somente modificando a cultura e a sociedade, mas que enriquecem o próprio genoma; o suporte

genético do homem está exposto permanentemente a esta influência dos comportamentos do indivíduo, da cultura e da vida social. [...]. Na história da humanidade, os grandes resilientes foram justamente aqueles homens e mulheres que se propuseram a mudar a sociedade e a cultura em que viviam, assumindo em si mesmos a tarefa de plasmar na sociedade seus próprios valores e ambições de transformação. Resiliente é quem não se resigna a reproduzir as condições existentes; sua ambição cria o imaginário de uma mudança possível e isto já o modifica como indivíduo e, por sua vez, causa impacto sobre o grupo imediato e assinala os comportamentos práticos para enfrentar a adversidade e suas imposições. O sujeito resiliente não é um adaptado e, menos ainda, um inadaptado; é um sujeito crítico de sua situação existencial, capaz de apropriar-se dos valores e significados de sua cultura que melhor sirvam à realização de seu próprio anseio ou ambição” (GALLENDE, 2004; P. 57-58).

Embora reconheçam os avanços propiciados pela utilização do conceito de resiliência, os autores não a consideram como uma nova disciplina, mas como um “novo olhar sobre velhos problemas” (GALLENDE, 2004). O aspecto principal deste novo olhar é a existência de uma subjetividade, que pressupõe um indivíduo capaz de valorar suas experiências. Os estudiosos associam a resiliência a uma subjetividade criativa, autônoma, ativa, disposta à inovação e à mudança. Entendem que há uma alteração do paradigma epistemológico, em que se passa a considerar o indivíduo como agente da própria ecologia e adaptação social (INFANTE, 2005). Por isso, a resiliência é também passível de definição enquanto “releitura da realidade” pelo indivíduo que enfrenta a adversidade - ou trauma - ou vive em condição de risco no sentido de produção de novos sentidos, criação de novas soluções e referências.

A releitura ou mudança de perspectiva é também tratada pela pesquisadora Assimakopoulos (2001), na identificação do que ela denomina o “momento axial, central (16)” ou ponto de inflexão. Em suas palavras, trata-se “do momento crítico no

¹⁶ Em inglês: *pivotal moment*.

ciclo de vida em que algum tipo de mudança intra-psíquica tem lugar, trazendo à consciência percepção da realidade de poder e escolha pessoal” e só então, o indivíduo passa da recuperação à resiliência. (ASSIMAKOPOULOS, 2001).

Como foi dito no capítulo II ao relatar a história do conceito, não se trata de invulnerabilidade. O indivíduo que se confronta com a adversidade, é, sim, afetado pelo *stress* e fica sujeito às forças desintegradoras que ameaçam sua sobrevivência física ou psíquica, mas é capaz de sair fortalecido. A diferença fundamental é que a resiliência pode ser promovida enquanto a invulnerabilidade é entendida como característica inerente ao indivíduo.

De acordo com Rodríguez (2005), resiliência é a resposta criativa para superação da adversidade. Enfatizando que a resiliência é um conceito fácil de captar, mas difícil de definir, ele acrescenta que, mais do que a soma dos fatores resilientes, a conduta resiliente é o resultado da combinação particular de fatores de proteção. Nesse sentido, não é possível fazer uma lista de fatores que aumentariam a probabilidade de resiliência, porque o desenvolvimento da mesma depende do risco ou vulnerabilidade particular. O autor cria uma fórmula matemática hipotética que considera:

Resiliência = fatores de resiliência + X, em que X “supõe a existência de um [fator] imponderável, que determinará o resultado final” (RODRIGUÉZ, 2005, p. 189)

Com base em suas pesquisas, Groteberg (2005) apresenta uma categorização de fatores resilientes: “eu tenho” (apoio), “eu sou / eu estou¹⁷” (força intrapsíquica) e “eu posso” (aquisição de habilidades interpessoais e de resolução de conflitos). A categoria “eu

¹⁷ Uma nota do tradutor aponta para o fato de que o texto, escrito em Inglês, consignava três categorias, uma vez que os verbos ser e estar, em Inglês, se resumem a um único: to be.

tenho” alude a ter pessoas do entorno em quem se confia e que têm apreço incondicional pelo indivíduo e, ao mesmo tempo, ter pessoas que coloquem limites e com quem se possa aprender sobre perigos e problemas; pessoas que mostram, por meio de sua conduta, a maneira correta de proceder; pessoas que incentivem a independência do sujeito e que o ajudem quando este está enfermo ou em perigo. A categoria “eu sou / eu estou” alude uma pessoa por quem os outros sentem apreço, que é feliz ao fazer algo de bom aos demais ou quando demonstra seu próprio afeto; que tem respeito por si mesmo e pelo próximo; que está disposto (a) a responsabilizar-se pelos próprios atos e seguro de que “tudo sairá bem”. Finalmente, a categoria “eu posso” remete, entre outras, às possibilidades de falar sobre aquilo que assusta ou inquieta, buscar a maneira de resolver os problemas, buscar o momento adequado para falar com alguém ou atuar, encontrar alguém que ajude quando necessário.

Para ela, diferenciam-se condutas resilientes e fatores de resiliência, uma vez que “condutas resilientes requerem fatores de resiliência e ações”. Resiliência é, então, definida como o resultado da interação dinâmica destes fatores, provenientes dos três níveis descritos (GROTBERG, 2005).

Em resumo: a) A resiliência só é possível no reino humano (único ser vivo potencialmente capaz de modificar a si mesmo no curso de seu ciclo vital), uma vez que pressupõe um indivíduo dotado de subjetividade, capaz de valorizar sua própria experiência, produzir significados e transformar-se e transformar a realidade, a partir deles. b) Por mais que se tente chegar a uma definição unívoca do fenômeno e mapear os fatores de proteção – ou fatores resilientes – haverá, sempre, um elemento

indeterminado que será responsável pelo resultado final – a presença ou não da resiliência.

5.4. Questões metodológicas sobre pesquisas no campo da resiliência

Conforme apresentado no capítulo III, é necessário considerar a perspectiva do indivíduo que está vivenciando a adversidade, de forma a evitar o viés estatístico. Neste sentido, Waller (2001) recomenda que as pesquisas se apoiem em metodologias naturalísticas, participativas, etnográficas e que sejam captadas histórias e narrativas que possam trazer à tona a visão do sujeito e as características da interação indivíduo – meio. A crítica à abordagem estatística do fenômeno está presente também em Masten (2001), que enfatiza ainda que o constructo da resiliência é uma inferência, o que implica na consideração do contexto de estudo.

Luthar (2000), também mencionada no capítulo III, sugere que o enfoque das pesquisas seja voltado à compreensão do processo, mais que à sua descrição, numa crítica à precariedade dos modelos encontrados na literatura.

As dificuldades de definição precisa do conceito, aliadas aos modelos de estudo incipientes, indicam o acerto das sugestões de Waller, uma vez que o avanço na compreensão da resiliência só será possível se forem construídos novos modelos, seguindo, para isso, métodos etnográficos, capazes de apreender a especificidade da relação indivíduo – meio e de captar o conjunto de recursos que é mobilizado, ao instante do enfrentamento.

5.5. A problemática da mensuração nos estudos de resiliência

Embora alguns autores considerem a impossibilidade de medir a resiliência (RODRIGUÉZ, 2005), outros (INFANTE, 2005) analisam criticamente a evolução dos modelos e ferramentas de mensuração que vêm sendo propostos.

De forma geral, as medidas de resiliência incluem a identificação da adversidade e da adaptação – individuais ou coletivas – por meio estatísticos que, como tal, apóiam-se em parâmetros e expectativas de normalidade, tendo por base as teorias de desenvolvimento. Estudos longitudinais, como o realizado por Werner (INFANTE, 2005; MELILLO, 2005; MANCIAUX, 2001) compararam grupos de indivíduos ao longo do tempo, buscando identificar os fatores resilientes, embora apoiando-se, também, em ferramentas estatísticas para a mensuração da resiliência.

O risco - ou adversidade - é mensurado por meio de escalas de eventos de vida negativos e a adaptação positiva, tomada como constructo, é medida por meio de questionários clínicos, avaliação dos “outros” significativos de uma comunidade – no caso de crianças em situação de risco são consultados pais, parentes, professores, por exemplo – e pela constatação empírica da ausência de desajustes ou presença de competências adaptativas (INFANTE, 2005).

O estudo de Werner contém diversos aspectos discutíveis no que se refere à mensuração. Em primeiro lugar, sobre os critérios utilizados para conotar a vulnerabilidade da população do estudo – classificada por ela como “altamente suscetíveis de desenvolver problemas de comportamento” (MANCIAUX, 2001). Em

segundo lugar, os indicadores usados para aferir a evolução favorável da mesma, mesmo quando confrontada com a adversidade – no caso, a pobreza extrema. Ressalte-se que o objeto de estudo de Werner “não era a resiliência”, embora tenha desempenhado papel relevante para a emergência do conceito em estudos posteriores, o que confirma a incipiência de estudos baseados em definições claras e precisas do conceito (MANCIAUX, 2001).

Embora seja possível enumerar dificuldades de toda ordem no sentido de mensurar a resiliência, é importante ressaltar alguns poucos resultados empíricos que se pode apreender de relatos de pesquisas. Um dos exemplos é do *International Resilience Project* que, organizado em 1999 por Grotberg, pesquisou “como as crianças se transformam em resilientes”. Constatou-se a redução da intensidade do *stress*, o decréscimo de sinais emocionais negativos como ansiedade, depressão, raiva e o aumento da curiosidade e saúde emocional (GROTBERG, 1999 In: GROTBERG, 2005). Outro resultado que merece destaque, identificado pela pesquisa de Infante, é a diminuição da ansiedade e da depressão infantis (INFANTE, 2005).

Segundo Rodríguez (2005), o humor também pode ser considerado um indicador da resiliência. Adepto da perspectiva de que a resiliência é constatável a partir de uma solução criativa para o enfrentamento da situação traumática ou adversa, o autor aponta as similaridades entre o humor e a resiliência. Segundo ele, ambas coincidem na estratégia de tomar elementos conhecidos que rodeiam o acontecer humano para produzir resultados originais. Alerta, porém, para o fato de que nem sempre as pessoas com senso de humor aplicam-no como recurso para observar a realidade sob outra perspectiva. Assim, conclui que, embora ambos sejam aportes criativos de

representações, valores, propostas ou perspectivas diferentes das postas em questão pelos processos de mudança, humor não é, por si só, garantia de operatividade. “Humor é o pensamento lateral sem o componente de gestão”. Enquanto o pensamento lateral é uma possibilidade instrumental para a resolução de dificuldades, o humor tem como objetivo o riso. Logo, o humor como recurso da subjetividade deve ser entendido como associado à resiliência, guardadas as ressalvas de que é um indicador que possibilita mudança de perspectiva, habilita a visão alternativa da realidade, permite novas linhas de ação, mas não garante capacidade operativa (RODRIGUÉZ, 2005).

A reflexão sobre a mensuração da resiliência não seria completa sem a análise da **Escala de Resiliência**, desenvolvida por Wagnild & Young e ainda não validada no Brasil. Composta por “25 itens descritos de forma positiva com resposta tipo *likert*, variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente)”. [...] “O instrumento foi desenvolvido por meio de um estudo qualitativo com 24 mulheres adultas previamente selecionadas por adaptarem-se com sucesso à adversidade da vida. Cada uma delas foi solicitada a descrever como se organizavam diante de vivências negativas. De suas narrativas, cinco componentes foram identificados como fatores para resiliência: serenidade, perseverança, autoconfiança, sentido de vida e auto-suficiência” (WAGNILD & YOUNG, 1993. In: PESCE et al., 2005). É possível identificar, na própria construção de escala, a presença da conotação normativa antes aludida e a dificuldade de estabelecimento de indicadores que não sejam baseados neste parâmetro. No caso da Escala de Resiliência, é possível perguntar o que é adaptar-se com sucesso à adversidade da vida, que foi utilizado como critério para a identificação das mulheres.

Pesce et al. (2005), grupo de pesquisadores que empreenderam estudo para testar a validade da escala no Brasil, concluem que a resiliência ainda é um referencial em fase de construção, discussão e debate, especialmente em função da ausência de consenso em relação ao conceito.

5.6. Convergências e divergências entre a teoria da resiliência e outras abordagens teóricas

5.6.1. A Teoria da Resiliência e a Psicologia Positiva

Algumas referências, encontradas ao longo da pesquisa bibliográfica, consideravam o assunto resiliência como parte da chamada Psicologia Positiva, tida como “movimento de investigação de aspectos potencialmente saudáveis dos seres humanos, em oposição à Psicologia tradicional e sua ênfase nos aspectos psicopatológicos” (YUNES, 2003).

Martin Seligman, ex-presidente da Associação Americana de Psicologia, é um dos líderes e precursores deste movimento. No capítulo do livro *Handbook of Positive Psychology*, que escreve em 2002, diz que “a Psicologia, depois da Segunda Grande Guerra, tornou-se uma ciência largamente devotada à cura. Concentrou-se em reparar os danos usando um modelo de funcionamento humano baseado na doença. Sua quase exclusiva atenção à patologia negligenciou a idéia de um indivíduo completo e de uma comunidade florescente e negligenciou a força construtiva como a arma mais potente do arsenal da terapia”. [...] Segundo ele, “o propósito da Psicologia Positiva é catalizar uma mudança na Psicologia, de uma preocupação somente da reparação das piores coisas na vida para construir também as melhores qualidades da vida. Para reverter o

desbalanceamento anterior, devemos trazer a construção da força para a frente do tratamento e prevenção da doença mental” (SELIGMAN, 2002).

Seligman e outros teóricos dessa abordagem afirmam que o campo da Psicologia Positiva abrange a experiência subjetiva positiva. Temas como o bem-estar subjetivo, felicidade, inteligência emocional, otimismo, humor e a espiritualidade vêm à tona, acoplados ao objetivo maior de desconstruir a ideologia da doença. “A mensagem da Psicologia Positiva é relembrar ao campo [da Psicologia] que ele foi deformado pois Psicologia não é somente o estudo da doença, da fraqueza e do dano; é também o estudo da força e da virtude” (SELIGMAN, 2002).

Em outro artigo, Seligman (2000) afirma que, embora se tenha avançado no entendimento de como sobreviver e se preservar em condições de adversidade, os psicólogos “pouco sabem sobre como pessoas normais se desenvolvem em condições mais benignas”, afirmação que pode ser veementemente contestada pela Psicologia científica moderna.

Quando o autor se questiona sobre os motivos que poderiam ter levado a Psicologia ao foco no negativo, uma das hipóteses levantadas é de que “talvez as pessoas estejam cegas ao valor das emoções positivas precisamente porque elas sejam tão importantes. Como o peixe que não se dá conta da água em que nada, as pessoas tomam por dado uma determinada quantidade de esperança, amor, contentamento e confiança porque essas são as reais condições que permitem a elas seguir vivendo, [ênfatizando] a existência de razões positivas para viver” (SELIGMAN, 2000).

Com base em diversos autores que associam os estudos baseados no conceito de resiliência às teses da Psicologia Positiva, é possível tecer as seguintes considerações: embora concordando com a crítica dos teóricos da Psicologia Positiva sobre a ênfase que a Psicologia deu à doença e aos aspectos psicopatológicos, a Psicologia Positiva não analisa os fatores históricos, políticos e científicos que levaram a Psicologia a este caminho, pautando-se, em última instância, em análises superficiais; a contribuição deste movimento para a ciência psicológica diz respeito à abordagem de temas que, por muito tempo, podem não ter constituído objeto de estudo para ela (SNYDER, 2002), mas o enfoque que estes temas ganharam na Psicologia Positiva varia segundo os autores considerados, podendo ser mais ou menos consistente com o rigor científico; na atualidade, os temas de estudo da Psicologia Positiva não são estudados exclusivamente por teóricos deste movimento; a associação entre os estudos da resiliência e os teóricos do movimento da Psicologia Positiva pode ser circunstancial, tendo em vista a superposição de autores que aderiram ao movimento e que se dedicaram ao estudo da resiliência e o fato de estudar um dos temas ligados ao movimento da Psicologia Positiva – a resiliência - não implica necessariamente envolvimento com essa perspectiva teórica.

5.6.2. Resiliência, stress e *coping*: aproximações e diferenças

A seguir, serão analisadas as convergências e divergências entre os estudos de resiliência e a Teoria de Stress.

Pearlin (1982) define *stress* como “uma resposta do organismo a uma condição nociva ou ameaçadora”. Segundo ele, o *stress* pode ser tanto uma reação de curta duração como

um padrão que emerge vagarosamente ao longo do tempo, podendo os indivíduos ter ou não consciência do processo.

Outros teóricos (SMITH, 1993; FOLKMAN & LAZARUS, 1984) definem *stress* como “uma ligação particular entre a pessoa e o ambiente que é avaliada por ela como exigência de pressão ou como algo que ultrapassa seus recursos e põe em perigo o seu bem-estar”. Tal definição não restringe a definição do *stress* à categoria de *resposta*, mas abrange também a avaliação cognitiva e o *coping* por parte do indivíduo que vivencia determinada situação.

Ao se deparar com uma situação potencialmente ameaçadora ao seu bem-estar, o indivíduo procede à sua avaliação, podendo esta, por sua vez, ser classificada como avaliação primária ou secundária. A primeira diz respeito ao risco potencial ao seu bem-estar, enquanto a segunda diz respeito às suas opções e possibilidades de *coping* diante da situação. As avaliações primárias qualificam as situações estressoras em termos de benefício, dano ou perda, ameaça e desafio, enquanto a avaliação secundária as categoriza segundo a expectativa de eficácia (intenção de executar um comportamento), de resultado (crença de que determinado comportamento produzirá o resultado desejado), de estímulos (crença sobre ocorrência de eventos externos reforçadores) e de resposta (crença sobre potenciais recompensas ou reações internas a eventos).

Os teóricos afirmam que a avaliação secundária pode resultar em *coping* focado no problema - envolvendo ações para mudar a situação estressante no contexto da própria situação - ou *coping* focado na emoção - envolvendo esforços para reduzir o desconforto associado à situação, sem tentar mudar ativamente a situação.

Dentre as estratégias de *coping* descritas por Smith (1993), é o *coping* focado na emoção aquele que mais se aproximaria da descrição do fenômeno da resiliência. Tais estratégias incluem a reinterpretação positiva da realidade e o crescimento a partir da situação dita estressante. Se o indivíduo opta por este mecanismo para lidar com a situação, tenderá, então, a reavaliá-la, identificando sua contribuição para o seu crescimento pessoal ou para seu processo de aprendizagem. Folkman & Lazarus (1985), corroborando Smith (1993), denominaram “reavaliação positiva” a esta estratégia particular de *coping*.

Também Moss & Billings (1983), ao qualificar os processos de avaliação e *coping*, destacam que o *coping* focado na emoção inclui as respostas que visam administrar as emoções desgastadas pelos estressores e com isso manter o equilíbrio afetivo. Esses autores distinguem um **recurso** de *coping* (por exemplo, uma forte crença religiosa) de uma **resposta** de *coping* numa situação específica (como, por exemplo, o fortalecimento de determinado envolvimento religioso como forma de desenvolver recompensas alternativas).

Essa distinção permite estabelecer um paralelo entre as duas teorias na medida em que a resiliência pode ser vista como um **recurso** de *coping*, mais que uma resposta a um estressor passageiro ou momentâneo. Da mesma forma, o recurso de *coping* pode ser também entendido como um fator de proteção a ser mobilizado diante da adversidade. Aldwin (1994) interpreta o modo pelo qual Frankl (1993) e seus companheiros utilizaram o senso de humor no campo de concentração como uma forma de *coping*.

A autora discute ainda a relação entre *stress*, *coping* e desenvolvimento. Para ela, o *stress* proporciona uma oportunidade para o exercício da escolha. “Nós podemos, naturalmente, escolher por continuar com o velho e confortável modo de realizar as coisas, mas esta opção poderá representar custos inaceitáveis, incluindo falhas, isolamento social ou mesmo insanidade. [...] Note-se que, neste modelo, *stress* não “causa” este desenvolvimento e, sim, proporciona uma oportunidade” (ALDWIN, 1994). Ou seja, modelos negativos de adaptação terão maior probabilidade de ocorrência, gerando espirais não adaptativas, mas as espirais adaptativas continuarão sempre como possibilidades.

Nesse contexto de relações entre *stress*, *coping*, fatores de risco e fatores de proteção, deve ser ressaltada ainda a taxonomia proposta por Haan (1997 In: MOSS & BILLINGS, 1983) que categoriza 10 processos genéricos do ego expressos como *coping*, defesa e fragmentação. Segundo ele, “o *coping* envolve propósito, escolha, flexibilidade e aderência à realidade consensual e lógica”, ao passo que a defesa é forçada, negativa e rígida, distorcendo a lógica e a realidade. A fragmentação é automática, ritualística, direcionada para a afetividade e irracional.

Essa descrição do processo de *coping* é análoga à descrição a um dos aspectos do fenômeno da resiliência, segundo Coutu (2002), a saber, “a firme aceitação da realidade”. Negar a realidade que se apresenta - ou, na linguagem popular, “dourar a pílula” - , pode desencadear patologias e gerar disfunções. Portanto, o fato de identificar o *coping* com a orientação para a realidade o aproxima mais ainda do processo da resiliência.

A literatura moderna sobre *stress* é consistente em afirmar que certa quantidade de *stress* é talvez não só inevitável mas necessária para otimizar o desenvolvimento da personalidade, mas a quantidade de *stress* a que é submetido um indivíduo é sempre analisado à luz dos recursos de *coping* que este possua ou possa vir a desenvolver de forma a lidar com a situação.

Os pontos de convergência entre a Teoria do *Stress* e as discussões que se processam entre os estudiosos da resiliência levam à análise mais detida da chamada Síndrome Geral da Adaptação, que Seyle (1982) descreve a partir de um modelo que envolve a reação de alarme, a fase de adaptação ou resistência e o esgotamento ou exaustão.

A reação de alarme representaria “a expressão somática do chamado acionamento generalizado das defesas do organismo” (SEYLE, 1982), mas como o estado de alarme não pode ser mantido continuamente, a essa reação inicial segue-se o estágio de resistência, caracterizada por alterações neurológicas e glandulares distintas e, por vezes, opostas, às da etapa anterior. Como “a energia de adaptação é finita” (sic), se o organismo mantiver-se submetido a *stress* constante, seguir-se-á o estágio da exaustão.

Seyle, ao afirmar a finitude da energia de adaptação, compara-a a uma conta bancária “da qual se pode fazer retiradas, mas para a qual não se podem fazer depósitos”. Após a exaustão por atividade estressante, dormir ou descansar podem restaurar a resistência e adaptabilidade aos níveis anteriores, mas “a completa restauração é provavelmente impossível de ser alcançada” (SEYLE, 1982).

No curso da vida, o indivíduo passaria inúmeras vezes pelas distintas fases que caracterizam a Síndrome Geral da Adaptação. Contudo, para os teóricos do *stress*, “a resposta pode dar errado em função de defeitos inatos, pouco – ou muito – *stress* ou gerenciamento psicológico inadequado, gerando, aí, processos psicopatológicos”. (Ibidem). É exatamente sobre o gerenciamento psicológico adequado que tratam os estudos sobre a resiliência, ao considerar a “liberdade interior”, sempre presente nas situações mais extremas (FRANKL, 1997) e a possibilidade de produção de novos sentidos e atribuição de significados (GALLENDE, 2004) diante situações de *stress*.

Numa relação de mutualidade produtiva, a Teoria do *Stress* e, em particular, o modelo proposto por Seyles sobre a Síndrome Geral da Adaptação, podem ajudar a esclarecer aspectos importantes do fenômeno da resiliência - em particular se for considerado um paralelo entre a resiliência e os mecanismos de *coping* - e, ao mesmo tempo, os estudos sobre o conceito de resiliência podem contribuir para a compreensão da adaptação humana – em particular quando esta se processa em contextos críticos à vida individual ou coletiva.

5.6.3 O *stress* pós-traumático e a resiliência

Dentre os inúmeros temas abordados pelos teóricos do *stress*, interessa ainda o campo de estudo do *stress* pós-traumático, fenômeno definido pelo Centro Nacional de *Stress* Pós-traumático americano como uma “desordem psiquiátrica que pode ocorrer após a experiência ou o testemunho de eventos ameaçadores à vida humana, tais como combates militares, desastres naturais, incidentes terroristas, acidentes sérios ou ataques pessoais, tais como estupro” (www.ncptsd.org). Ainda segundo dados dessa Associação, pessoas que sofrem dessa desordem geralmente relatam dificuldades para

dormir, ocorrência de pesadelos e *flashbacks*, sensação de estranhamento e outros sintomas que impactam sua vida cotidiana.

Para efeito do estudo da resiliência, destaca-se o enfrentamento do trauma que não gera *stress* pós-traumático, remetendo a estudos recentes que abordam o crescimento pós-traumático, advindo do enfrentamento do trauma, termo utilizado por diversos autores para descrever mudanças psicológicas positivas, benefícios perceptíveis e re-interpretação positiva decorrentes de vivências traumáticas (TEDESCHI, 1998).

São descritos diversos tipos de resultantes do pós-trauma, a partir da percepção do sujeito, tais como mudança da posição de vítima para a de sobrevivente, autoconfiança e elevada consciência da própria vulnerabilidade; incluem-se também mudanças nos relacionamentos inter-pessoais, tais como maior abertura pessoal, expressividade emocional e compaixão; e mudanças na filosofia de vida, seja nas prioridades, seja na apreciação da própria vida, seja em sabedoria pessoal. Incluem-se aqui também a resiliência, o senso de coerência, firmeza ou audácia e resistência ou tenacidade.

Considerados sob o prisma do crescimento pós-traumático, os dois referenciais convergem quase que integralmente, se considerarmos Tedeschi e Luthar como representantes de cada uma das abordagens.

5.6.4. Resiliência e Motivação: dialogando com MASLOW

Maslow (1954) discute a relação entre frustração e conflito, por um lado e psicopatologias, por outro. Para ele, **algumas** frustrações produzem patologias,

enquanto outras, não (grifo nosso). O mesmo se dá na relação conflito e patologia. A solução dessa questão depende, segundo ele, dos conceitos da teoria da motivação.

A distinção entre privação e ameaça esclarece o ponto de vista do autor quanto à relação entre a personalidade e o meio: para ele, as definições usuais de frustração simplesmente a associam à não obtenção daquilo que o indivíduo deseja ou à interferência com um querer ou com uma gratificação a obter. Estas definições falham porque não distinguem que privar o organismo de algo que não é importante ou facilmente substituível é diferente de uma privação que é ao mesmo tempo uma ameaça à personalidade do indivíduo, às suas metas enquanto indivíduo, a seu sistema de defesas, à sua auto-realização ou à sua auto-estima. Uma privação que tenha tal abrangência – multiplicidade de efeitos, em geral, indesejáveis – representa uma ameaça.

Ao categorizar dois tipos de significado possíveis que um objetivo qualquer pode ter para o sujeito - o significado intrínseco e simbólico – Maslow (1954) afirma que “apenas quando aqueles objetivos [que o sujeito deseja alcançar] representarem amor, prestígio, respeito ou outras necessidades básicas, sua privação terá os efeitos negativos comumente atribuídos à frustração em geral” (MASLOW, 1954).

Sua análise engloba as reações de ataque e fuga normalmente atribuídas à frustração, mas o autor se detém no questionamento de que alguns tipos de privação – tais como a privação sexual – não necessariamente geram os mesmo efeitos da frustração, exemplificando que nem sempre a vida celibatária gera patologias. A privação sexual “só se torna patogênica em grau severo quando é sentida pelo indivíduo como

representando rejeição pelo sexo oposto, inferioridade, falta de respeito, isolamento, ou outro impedimento [à realização] de suas necessidades básicas” (MASLOW, 1954).

Fica claro, na análise do autor, que a potencial ocorrência de patologias não poderia estar associada à privação de necessidades ditas não básicas, mas, sim, àquelas ligadas a ameaças às necessidades básicas da personalidade e aos vários sistemas de *coping* a ela associados. Conclui o autor: “Privação implica muito menos do que é comumente decorrente do conceito de frustração; ameaça implica muito mais. Privação não é psicopatogênica; ameaça, sim” (MASLOW, 1954).

Embora os estudos sobre resiliência não concluam que a ameaça é fator psicopatogênico, mas, sim, fator de risco diante do qual o indivíduo pode ou não desenvolver a reação patológica, a contribuição do autor introduz dois elementos muito importantes para o estudo da resiliência, a saber, a noção de privação e a caracterização da frustração que devem ser considerados no planejamento de pesquisas sobre essa temática.

5.6.5. Resiliência: para além da auto-realização

Representante do pensamento crítico sobre o comportamento humano no contexto das organizações de trabalho, Baxter (1982) assinala a importância da dedicação a atividades auto-produtivas, tais como: desenvolvimento ontológico, amor e reciprocidade, coragem, autenticidade e a transcendência da alienação e do estranhamento para o desenvolvimento humano. Tais atividades, segundo o autor, enfatizam o crescimento do ser humano e a superação das limitações de sua existência

mundana a partir da práxis ou da atividade direcionada baseada em sua consciência ontológica.

No contexto da atividade humana dentro do ambiente organizado de trabalho estes temas aparecem de forma embrionária sob o conceito da auto-realização, como proposto em meados do século XX por Maslow: por meio de seu trabalho, o homem preenche a si próprio e cresce, ultrapassando suas limitações. Ainda que se desconsidere, na maior parte dos escritos sobre o assunto, que Maslow pressupunha uma forma diferente de trabalho humano capaz de proporcionar a auto-realização, o conceito ainda é amplamente utilizado pelos cientistas do campo organizacional e, de acordo com Baxter, deteriorado sob a perspectiva de *humanismo instrumental*, cindindo sujeito e objeto e colocando o homem como objeto, o que contradiz a própria teoria de Maslow, para quem o ser humano não é passivo diante do meio; estes – indivíduo e ambiente – são entendidos de maneira integrada (BAXTER, 1982, grifo do autor).

Numa abordagem crítica ao pensamento de Freud, Baxter afirma que a motivação humana não pode ser entendida como mera redução de tensão. A luta para evitar a tensão presente em situações com as quais não se pode lidar é entendida aqui como sinônimo de manutenção da estrutura ontológica presente e, desta forma, patológica. “A pessoa normal, por contraste, se atualiza pelo uso de suas habilidades, experiências e conhecimento pessoal para crescer psicologicamente, não apenas para reduzir tensão evitando o inesperado [...]. Ela responde ativa e criativamente à novidade e incerteza das situações, enriquecendo, assim, sua perspectiva de mundo” (BAXTER, 1982).

Se, para Freud, os processos do ego se propõem a resolver conflitos entre os impulsos dos indivíduos e as restrições impostas pela realidade externa, a função dos mesmos é reduzir a tensão desta interface. Baxter (1982) se contrapõe a esta visão por entender que redução de tensão não é sinônimo de crescimento.

Sobre a superação da dicotomia Eu – Outro inerente à vida humana nas organizações, o autor afirma que “embora o sistema atual de trabalho ainda esteja apoiado na alienação do *Self* humano em nome do Outro organizacional, há entre os parâmetros da organização suficiente campo de ação para a consciência crítica individual apreciar que, enquanto seus esforços para alcançar a auto-realização no trabalho levam a uma super dependência das estruturas e dos objetivos da organização [...], eles podem também levar à emergência de uma força interna ou coragem ontológica que pode, por sua vez, servir como prancha para sua participação em uma forma de trabalho que não tem sua origem na alienação a um Outro” (BAXTER, 1982).

“O indivíduo atingiu uma habilidade de ver os objetivos organizacionais da forma que eles são: resultados arbitrariamente definidos a alcançar que *dão* à organização um propósito e uma coerência que ela não tem naturalmente” (BAXTER; 1982, grifo do autor).

A raiz da atividade auto-produtiva e não alienada encontra-se, então, numa visão de mundo que pode ser caracterizada como segunda inocência, poesia do cotidiano ou traduzida numa forma lúdica de estar-no-mundo.

A proposição de Baxter sugere a existência de meta motivações: ao invés de direcionado à superação de uma necessidade ou de meras atividades de *coping*, o comportamento humano, em especial o que ele denomina comportamento expressivo, é motivado pela busca do Ser. O autor propõe ainda a utilização criativa do tempo livre para estimular o crescimento psicológico (BAXTER, 1982).

O posicionamento de Baxter propicia a compreensão de que o estudo da resiliência pode agregar novos conhecimentos aos processos de motivação humana, trazendo à tona um fator que transcende a auto-realização proposta por Maslow ou, dito de outra maneira, a resiliência pode ser entendida como fator que existe para além da auto-realização: um indivíduo que tenha atingido o nível máximo de motivação, concebido por Maslow como motivação para a auto-realização, poderá sucumbir ou crescer, quando confrontado com a adversidade de uma situação e, da mesma maneira, indivíduos que, na metáfora da pirâmide de Maslow, estejam apenas motivados para a sobrevivência imediata poderão dispor de recursos para o enfrentamento de situações de risco.

Ao mesmo tempo, o entendimento de que a motivação para o auto-desenvolvimento apóia-se, segundo Baxter, na consciência ontológica leva a questionar a existência de atividades legítimas e não legítimas no âmbito do desenvolvimento humano e na identificação de uma armadilha mercadológica na forma como estão sendo divulgados alguns programas de capacitação para executivos, do tipo MBA, muitas vezes apresentados ao público como investimentos no processo de desenvolvimento.

Baxter entende que competência “não é, de nenhuma maneira, associada à habilidade de produzir mais bens com maior eficiência – se fosse, seria significativo apenas como ato adaptativo de um indivíduo no contexto do sistema de trabalho organizado. Ao invés

disso, [...], é a arte de tornar-se mais do que se é, independentemente do contexto, pelo transcender do contexto através das ações efetivas do indivíduo sobre ele” (BAXTER, 1982, p. 183), proposição totalmente coerente com as discussões que têm se processado sobre o conceito de resiliência, conforme mencionado anteriormente, e bastante significativa para ser incorporada a futuros estudos sobre resiliência e trabalho humano no contexto das organizações.

CAPÍTULO VI

Flexibilidade

Quando nasce, o homem é fraco e flexível.

Quando morre, é forte e rígido.

A firmeza e a resistência são sinais de morte.

A fraqueza e a flexibilidade, manifestações de vida.

LAO TSÉ, TAO TE CHING

Capítulo VI: Re-definindo a resiliência

Neste capítulo, são apresentadas as conclusões deste estudo e é proposta uma redefinição de resiliência.

“Nesta nova era [...], as palavras que empregamos
se ajustam cada vez menos às realidades [...];
confrontamo-nos, de maneira crescente,
com um problema de denominação”
(FITOUSSI & ROSANVALLON, 1997
In: SARQUÍIS & ZACANINO, 2004).

A primeira conclusão que se pode extrair das questões levantadas nos capítulos anteriores é que a resiliência ainda é, sob inúmeros aspectos, um referencial em formação. Não há possibilidade de uma pesquisa resolver a complexidade dos aspectos envolvidos na definição do conceito ou de seu emprego como referencial teórico. Como é comum na História da Ciência - caso deste estudo - o conceito de resiliência humana vem sendo utilizado ora como analogia na descrição do fenômeno, ora como constructo - dedutível por meio de inferências a partir de indicadores imprecisos ou pouco confiáveis - não permitindo conclusões inequívocas, assemelhando-se, neste aspecto, ao conceito de trabalho humano que, há mais de três séculos, vem sendo descrito e analisado pela literatura, por meio de seus fatores componentes, com alguns autores enfatizando o esforço envolvido; outros, a instrumentalidade ou operatividade; outros ainda, a obrigação e teóricos que o associam à remuneração ou retorno. Embora os cientistas que estudam o trabalho humano saibam que o conceito não se reduz a qualquer desses elementos componentes ele ainda é, paradoxalmente, algo por definir. O mesmo ocorre com os conceitos de família, adolescente, comunidade, dentre outros, e com a resiliência.

Usa-se o termo resiliência a partir de uma noção vaga – uma idéia não muito clara sobre o que ele representa. Busca-se constructos, procurando aproximações ao conceito,

partindo de indicadores ou formas de operacionalização do mesmo e, apesar de todo o empenho por parte dos estudiosos, ainda há um longo caminho em direção à definição do próprio conceito de resiliência.

Deste estudo é possível apreender elementos NÃO associados à resiliência, como por exemplo, a invulnerabilidade ou a distorção da realidade, expressa no filme “A vida é bela”. Na análise desta película também se pode apreender o fato de que a resiliência é produzida pelo próprio sujeito que enfrenta a situação, não podendo ser elaborada “de fora para dentro”, como no caso da história nele retratada, em que uma falsa narrativa é contada pelo pai para servir de anteparo ao sofrimento do filho.

Outros fatores guardam, necessariamente, relação com o conceito, como por exemplo, a potencialização do crescimento pessoal a partir do enfrentamento da situação traumática ou adversa, que se expressa com clareza nas histórias de Frankl e no filme Frida. São eles exemplos do enorme poder transformador da subjetividade para o tipo particular de enfrentamento da adversidade de que trata a resiliência, promotores do crescimento pessoal e da construção do **indivíduo como sujeito de sua própria história**. Os relatos de Jó e de Jacó possibilitam a compreensão de outro aspecto associado à resiliência, a saber, a transformação ou transcendência que pode emergir do enfrentamento; tal como as mitologias - grega, romana e outras – abordam seus mitos e heróis, a Bíblia é aqui considerada como manancial dos potenciais humanos, alcançáveis ou não pelos indivíduos.

A origem do termo na Física, apresentada no capítulo I, possibilita realçar outro aspecto importante que diferencia a resiliência dos materiais da resiliência humana, qual seja, se

os materiais “voltam ao seu estado anterior depois de ter sofrido a pressão” ou “não sofrem deformação plástica apesar da pressão”, o mesmo não ocorre com os indivíduos que sofrem a adversidade: a resiliência humana envolve a reconfiguração do universo psicológico visando elaborar a vivência e, para isso, concorre a presença do imaginário e da subjetividade, condições ontológicas da espécie humana. Esse aspecto indica que **resiliência não é sinônimo de resistência** e que “o sentido metalúrgico do termo¹⁸” em sua origem não dá conta da acepção que o conceito tomou nos estudos posteriores, em especial no campo das Ciências Humanas. Em outras palavras, a resiliência como referencial de estudos nas Ciências Humanas não aborda o fenômeno como volta ao ponto de partida, mas do crescimento ou transformação resultante do enfrentamento, pois o ser humano, diferentemente dos materiais, pode dispor de vontade própria para reagir, assumindo o protagonismo de sua própria história; pode revigorar ou criar novos recursos pessoais.

Da noção física do fenômeno, subsiste a idéia de elasticidade ou plasticidade – emocional e cognitiva, no caso das Ciências Humanas. E, neste sentido, interessa ressaltar a importância da afirmação de FRANKL (1997) sobre a **existência de uma liberdade interior que possibilita ao ser humano permanecer sendo pessoa humana, conservando sua dignidade, mesmo diante do insuportável** (FRANKL, 1997, grifos nossos). Essa afirmação – fruto do depoimento de um sobrevivente de uma das situações mais adversas da História da Humanidade, o Holocausto – aponta para um dos fatores-chave que permite entender a problemática contida no conceito de resiliência, qual seja, que, diante da pressão do insuportável, é possível encontrar e expandir a liberdade interior e crescer a partir dela. Nesse sentido, a imagem de Frida, imobilizada durante anos em seu leito, assemelha-se à de Victor Frankl, detido nos

¹⁸ RODRIGUÉZ (2005) utiliza a denominação “aspecto metalúrgico do conceito” (p. 190).

campos de extermínio nazista, pois ambos, privados de sua liberdade exterior, voltam-se para a liberdade interior que lhes possibilita realizações, a saber, o livro e a teoria elaborados por Frankl e as pinturas produzidas por Frida, melhorando sua qualidade de vida subjetiva.

As imagens do sofrimento de Frida e de Frankl deixam entrever que a resiliência não se refere a um risco qualquer, mas às condições adversas que colocam em questão a sobrevivência ou destruição da integridade física ou psíquica do indivíduo, demandando a **recriação de sua base estrutural de existência**, seja esta denominada personalidade, identidade ou *Self*. A complexidade da adaptação e o salto de qualidade nela envolvido permitem diferenciar a resiliência de outros processos adaptativos convencionais.

Como foi visto nos capítulos anteriores, é possível afirmar que estas condições extremas de adversidade são características inegáveis do cotidiano da sociedade do século XXI (GALLENDE, 2004,), aspecto que ressalta a importância da compreensão do fenômeno da resiliência. Gallende (2004) assinala diversas características que permeiam o imaginário social atual, em particular na vida dos grandes centros urbanos, enfatizando que “estão estreitamente ligados à emergência de novas problemáticas cuja compreensão é essencial para pensar [...] a perspectiva da resiliência”.

É o caso da passividade com relação à cultura e à vida social, uma vez que aquilo que se convencionou chamar a “sociedade do espetáculo” reforça, no domínio da subjetividade, a condição de “espectador”, gerando entusiasmo pela contemplação de imagens e dificuldades crescentes em distinguir entre realidade e virtualidade, não favorecendo, portanto, o enfrentamento de adversidades. O “declínio das atividades

reflexivas”, de ocorrência concomitante, compromete ainda mais possibilidade de desenvolvimento da resiliência. Gallende (2004) analisa ainda vários outros aspectos que têm moldado a subjetividade humana atual, tais como a concepção utilitária das relações pessoais, a superficialidade dos afetos, as modalidades de encontro expressas pelas relações intensas, porém fugazes; a compulsão pelo fazer, gerando ansiedade compulsiva; a sensação de “preenchimento” frente ao vazio existencial, considerando que estas tendências podem ser entendidas como novas formas de adversidades, não vinculadas a carências econômicas, crises sociais, marginalidade e pobreza, etc., fato que corrobora a atualidade dos estudos sobre a resiliência, demandando um indivíduo com maior força subjetiva, traduzida em valores e ações (GALLENDE, 2004).

A análise de Gallende suscita reflexão semelhante à de Assimakopoulos (2001), mencionada anteriormente, que, ao problematizar a relação entre o indivíduo e o meio cultural em que este está inserido, afirma que “quando a cultura não consegue ser fonte de explicações para seus sofrimentos, os indivíduos sentem-se à deriva e ocorrem rupturas na vida social e cultural” (ASSIMAKOPOULOS, 2001). Assim, embora os desafios para a construção de uma subjetividade resiliente na atualidade sejam representados por novas – e numerosas - formas de adversidade, seu enfrentamento – individual ou coletivo - contará, sempre, com a existência da liberdade interior, a que se refere Frankl.

Das histórias de Jó, Frida, Frankl, tratadas no capítulo II, emergem imagens de grande impacto para a compreensão do fenômeno, mas é indispensável considerar a afirmação de Rodríguez (2005), de que a resiliência é um conceito fácil de identificar, mas difícil de entender e explicar e os estudos acadêmicos referidos ao longo desta dissertação

apontam para diversos aspectos problemáticos da definição de resiliência, dos quais se destaca a questão da adaptação.

Atributo vital da condição ontológica do ser humano, a adaptação é o processo através do qual o indivíduo administra suas relações consigo mesmo e com o ambiente. Na base do processo adaptativo, há um indivíduo que aprende a diferenciar situações positivas e negativas e a reagir a elas, alterando as condições externas (*ambiente*) e internas (*seus próprios recursos*) e, ao se adaptar, o indivíduo aprende a perceber sua vida como um projeto cuja realização confirma sua autodeterminação (MALVEZZI, 2005; informação verbal)¹⁹. Logo, adaptação não é sinônimo de conformismo ou conformidade social; é elemento transformador do ambiente e auto-transformador; processo de administração da própria subjetividade. “O ser humano provê e administra a instrumentalização de sua liberdade”, visando a construção da própria biografia e do ambiente onde esta ocorre (MALVEZZI, 2005). Como se deduz da análise de Malvezzi (ib.), a dificuldade de se entender o fenômeno da resiliência reside no fato de que **todos** os recursos humanos - inclusive recursos dos quais o indivíduo não têm sequer consciência de que é capaz de mobilizar - estão implicados no enfrentamento e talvez esta seja a razão pela qual a melhor solução metodológica para os estudos seja o estudo de caso, uma vez que os estudos horizontais, envolvendo muitos sujeitos, buscam compará-los, sem conseguir abarcar a complexidade de múltiplas variáveis representadas pelo conjunto de recursos que é acionado.

A forte conotação ideológica que permeia os estudos de resiliência associada ao sentido de positividade da adaptação pode ser superada se, ao invés de adaptação positiva, for

¹⁹ Malvezzi, S. Trabalho e Motivação. Aula ministrada no Curso de Gerenciamento de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Equipes, promovido pelo CIETEC – Centro Incubador de Empresas Tecnológicas, São Paulo, agosto 2005.

introduzida a idéia de adaptação criativa. Com foco na análise do comportamento organizacional, Sznifer (2003) propõe um contínuo que se estende da reatividade à criatividade, ao analisar que o universo organizacional demandava, nos primórdios da industrialização, o indivíduo reativo – aquele que deveria apenas responder, conforme as normas e prescrições estabelecidas. O desenvolvimento posterior da indústria passou a demandar um indivíduo pró-ativo, capaz de se antecipar às demandas e solicitações relativas a seu trabalho. A alta competitividade com significativas conseqüências para a sobrevivência individual e organizacional exige agora, um indivíduo criativo, capaz não só de se antecipar aos fatos, mas de criar soluções inovadoras para os processos e para a sua própria inserção no mundo organizacional (SZNIFER, 2003; anotações verbais) (20). Para efeitos de pesquisa, portanto, a resiliência pode ser definida como a **construção de soluções criativas diante das adversidades** presentes nas condições de trabalho e dos negócios da sociedade atual da qual resulta um duplo efeito: a resposta ao problema em questão e a renovação das competências e do élan vital dos indivíduos. A resiliência envolve não somente o controle sobre a situação mas um determinado reforço para que o indivíduo siga lutando por novos resultados pessoais e pelos perseguidos por seu grupo de trabalho. Nessa construção o indivíduo revela sua força ontológica manifestada numa excepcional capacidade de aplicação da causalidade pessoal.

Da revisão da literatura empreendida, outra conclusão é possível, referida às controvérsias relativas ao próprio conceito, que ora aparece como **condição ou disposição psico-orgânica congênita ou pré-existente**, ora como **resultante do processo traumático** ao qual é exposto o indivíduo e ainda como **processo vivido**. No

²⁰ Sznifer, M. *Change Management*. Aula ministrada no Programa de Excelência Gerencial promovido pela FIA – Fundação Instituto de Administração e pela Unimetro – Universidade Corporativa da Companhia do Metropolitano de São Paulo, São Paulo, 2001.

primeiro caso, a resiliência é tratada como condição ou disposição pré-existente à vivência traumática, espécie de "competência humana" da qual seriam dotados alguns indivíduos e outros, não. Esta abordagem, embora substituída por outras ao longo da história dos estudos, ainda subsiste em alguns autores. No segundo, o tratamento dado ao termo estabelece, geralmente, que a resiliência é "construída" no indivíduo ou grupo após a vivência da situação traumática e, para os autores do terceiro grupo, é no processo que a vivência adquire significado para o sujeito que a experimenta; neste caso, o fator resiliência é constituído durante a experiência. A falta de consenso na literatura não permite conclusões unívocas, apenas confirmando que se trata de um campo de investigação que ainda se encontra em formação. As evidências surgidas durante este estudo indicam que a hipótese mais merecedora de investimento é aquela que assume a resiliência de forma processual.

Para conceber tal processo, uma re-definição deve considerar, por um lado, o potencial de liberdade interior indicado por Frankl (1997) e os atributos ontológicos de construção da subjetividade, propostos por Gallende e outros (2004), descartando os tipos de estudo lineares; deve considerar que múltiplas causas determinam a resiliência, atuando estas, por sua vez, de forma interdependente, destacando-se, dentre outras, a relação com um ideal, a esperança, o sentido de vida, o ter um sonho²¹ (futuro, porvir) ou o abraçar uma utopia pessoal; quanto ao enfrentamento da adversidade, que este se dá por meio de ações, atitudes, gestos e, como resultados, a reconstrução do indivíduo como sujeito, por meio reconstrução de seus recursos e de sua estrutura pessoal.

²¹ Neste sentido, vale menção à peça "121023J", de autoria de Renata Jension, exibida no Ciclo Multicultural da Casa de Cultura de Israel, em novembro de 2005, São Paulo, como expressão de um sonho. A autora, filha de um sobrevivente dos campos de concentração, coloca na peça uma voz que alerta diversas vezes ao personagem principal, um prisioneiro, de que há uma razão para ele viver e que esta razão é o filho / filha que poderia nascer.

Esses elementos possibilitam a re-proposição do conceito de resiliência, a saber: **A resiliência é a reconfiguração interna, pelo sujeito, de sua própria percepção e de sua atitude diante da vivência da condição da adversidade ou trauma, constituindo esta, a partir de então, fator de crescimento ou desenvolvimento pessoal. A resiliência é uma condição interna (não observável, a não ser em seus efeitos) constatada numa demanda de adaptação do indivíduo frente a uma situação excepcionalmente adversa, ou mesmo traumática, caracterizada por alto potencial destrutivo ou desintegrador das estruturas e recursos pessoais, da qual resulta o fortalecimento dessas estruturas, o crescimento pessoal, a confirmação de sua identidade, o desenvolvimento de novos recursos pessoais, constituindo-se numa reação que transcende os limites de um mero processo de adaptação.**

Este conceito aponta para a superação da adversidade pela via da reconfiguração interna, sendo consistente com autores como Baxter (1982), mencionado no capítulo V, para quem adversidade não é ameaça; é desafio. Para ele, o ser humano que administra sua própria subjetividade diante das crises se renova como pessoa, reafirmando-se como sujeito de sua história e de sua adaptação.

Esta proposta de re-definição seria incompleta se não considerasse a relevante contribuição de Assimakopoulos (2001) sobre o momento crucial - o ponto de inflexão a partir do qual o indivíduo deixa a condição de vítima e se torna senhor da situação, que fica expresso no relato de Frankl, no filme Frida e na história do pianista León Fleischer, dentre outros e sem a consideração pelo papel da arte e da religião no processo de re-configuração subjetiva e re-construção do indivíduo como sujeito de sua própria história.

Como se pode constatar, a resiliência se revela como objeto de estudo interdisciplinar, colocando a Psicologia em interface com outros campos de conhecimento.

Embora este estudo esteja longe de resolver as inúmeras questões que permeiam este campo de investigação, indicam-se, a modo de sugestão para futuras pesquisas, os seguintes temas:

Resiliência e emoções negativas. Uma vez que não se pressupõe invulnerabilidade ou imunidade à situação traumática ou adversa, esta suscitará emoções negativas no sujeito ou grupo que a vivencia, tais como raiva, ódio, culpa, dentre outras. A reconfiguração interna envolve a mobilização de recursos para lidar com estas emoções, transformando-as ou neutralizando-as, embora ainda não seja claro qual o processo envolvido nesta transformação. A título de exemplo, Vanistendael & Lecomte (2004) retomam a questão proposta por Frankl (1997): ao se deparar com a adversidade, o indivíduo muito frequentemente se coloca a questão “Por que eu?”, que, a partir de diferentes formas, resume o perguntar-se sobre porque determinado problema ocorreu comigo ou para mim, questionamento que já se apresentava na história de Jó. Assim como Frankl, os autores propõem a substituição desta pergunta pela pergunta “Para que eu?”, que induz o indivíduo ao questionamento do sentido do fato. “Porque” busca explicar o passado, enquanto “Para que” tenta compreender o futuro e atribuir significado àquilo que, na maior parte das vezes, se apresenta sem sentido (VANISTENDAEL & LECOMTE, 2004). Ao perguntar-se “Por que eu?”, o indivíduo tende a se vitimizar e ser dominado pelas emoções negativas. Diante da pergunta “Para que?”, as emoções podem se transformar.

Sugere-se o estudo da passagem da condição de vítima à resiliência, incluindo a identificação do ponto de inflexão a que se refere Assimakopoulos (2001).

Resiliência e Criatividade. Como discutido anteriormente, resiliência pode ser entendida como resposta criativa diante da crise, aplicação do pensamento lateral na geração de soluções inovadoras diante de situações traumáticas ou adversas. O desenvolvimento da criatividade pode ser proposto como medida preventiva, de forma a gerar um potencial sempre atualizado de recursos para o enfrentamento. Ou poder-se-ia pensar na criação de uma espécie de “estoque” de recursos criativos a ser gerenciado de forma permanente? Essa proposição, em sintonia com Assimakopoulos (2001), pode ser entendida como base para a promoção da resiliência.

Resiliência e Religiosidade. No estudo empreendido em fontes acadêmicas e literárias sobre a resiliência, a religiosidade destacou-se como um fator que pode proteger o indivíduo diante de situações de adversidade. Marcus & Rosenberg (1995) analisam o papel da religião no fortalecimento do indivíduo que enfrenta situações extremas, caracterizadas como circunstâncias em que a individualidade e a humanidade são violentamente atingidas. Nestas circunstâncias, segundo os autores, a religião pode contribuir para manter a auto-coesão, a auto-continuidade e a auto-estima. Ao estudar o comportamento de judeus tradicionais que viveram a experiência dos campos de concentração e extermínio, eles identificam na religiosidade destes indivíduos um reservatório de significados que os nutria enquanto o mundo externo agredia tanto sua existência física quanto sua integridade psicológica; a religião lhes propiciava, em certo grau, compreensão, previsibilidade e segurança. Investigações futuras poderão considerar esse papel da religiosidade na constituição dos ideais de ego

e na construção de utopias pessoais. Da mesma forma que o tema criatividade, comentado acima, este é entendido como base para propostas de investigação sobre a resiliência.

Tal como as temáticas mencionadas acima, outras podem contribuir para a melhor compreensão do processo: **Resiliência e Qualidade de Vida; Resiliência e Política, Resiliência e a vida em meio às guerras e Resiliência e Identidade: identidade de resistência e identidade de projeto, conforme Castells.**²²

²² Castells, M (1999. In: RODRIGUÉZ, 2004)

Ao terminar, uma história:

Julgamento

Conta-se de um incidente durante a Idade Média em que uma criança de um lugarejo foi encontrada morta. Imediatamente acusaram um judeu de ter sido o assassino e alegou-se que a vítima fora usada para a realização de rituais macabros. O homem foi preso e ficou desesperado. Sabia que era um bode expiatório e que não teria a menor chance em seu julgamento. Pediu então que lhe trouxessem um rabino com quem conversar. E assim foi feito.

Ao rabino, lamuriou-se, inconsolável pela pena de morte que o aguardava; tinha certeza de que fariam tudo para executá-lo. O rabino o acalmou e disse:

“Em nenhum momento acredite que não há solução. Quem tentará você a agir assim é o próprio Sinistro que quer que você se entregue à idéia de que não há saída”.

“Mas o que devo fazer?”, perguntou o homem, angustiado.

“Não desista e lhe será mostrado um caminho inimaginável”.

Chegado o dia do julgamento, o juiz, mancomunado com a conspiração para condenar o pobre homem, quis ainda assim fingir que lhe permitiria um julgamento justo e uma oportunidade para que demonstrasse sua inocência.

Chamou-o e disse: “Já que vocês são pessoas de fé, vou deixar que o Senhor cuide desta questão: vou escrever num pedaço de papel a palavra ‘inocente’ e, em outro, ‘culpado’. Você escolherá um dos dois e o Senhor decidirá o seu destino”.

O acusado começou a suar frio, sabendo que aquilo não passava de uma encenação e que iriam condená-lo de qualquer maneira. E, tal qual previra, o juiz preparou dois pedaços de papel que continham ambos a inscrição ‘culpado’.

Normalmente se diria que as chances do acusado acabavam de cair de 50% para rigorosamente 0%. Não havia qualquer chance estatística de que ele viesse a retirar o papel contendo a inscrição ‘inocente’, pois o mesmo não existia.

Lembrando-se das palavras do rabino, o acusado meditou por alguns instantes e, com brilho nos olhos, avançou por sobre os papéis, escolheu um deles e, imediatamente, o engoliu.

Todos os presentes protestaram: “O que você fez? Como vamos saber agora qual o destino que lhe cabia?”

Mais que prontamente, o homem acusado respondeu: “É simples. Basta olhar o que diz o outro papel e saberemos que escolhi seu contrário” (BONDER, 1995).

Referências bibliográficas

ALDWIN, Carolyn M. (1994) *Rumo a uma nova teoria da adaptação*. In: ALDWIN, Carolyn M. (1994) *Stress, coping and development – an integrative perspective*. NY: Guilford Press, p. 271 – 286.

ASSIMAKOPOULOS, Patricia-Anne (2001) The pivotal moment: A qualitative investigation into resilience. *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering*. 2001 Oct; Vol 62(4-B): 2043.

BALMAN, Zigmunt (2000) *Liquid Modernity*. UK: Polity Press.

BAXTER, Brian (1982) *Alienation and Authenticity*. UK: Tavistock.

BONDER, Nilton (1995) *O segredo judaico de resolução de problemas*. RJ,:Imago Ed.

CARMELLO, Eduardo (2004) *Supere - a arte de lidar com as adversidades*. SP: Ed. Gente.

COATES, Susan; SCHECHTER, Daniel (2004) Preschoolers' traumatic stress post-9/11: relational and developmental perspectives. *Psychiatric Clinics of North America*. Sep 2004; Vol 27 (3): 473-489.

COUTU, Diane L. (2002) How Resilience Works. *Harvard Business Review*, May, 2002.

DEJOURS, C e ABDOUCHELI, E. (1994) *Itinerário teórico em Psicopatologia do Trabalho*. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (1994) (ORG.) – *Psicodinâmica do Trabalho – contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.

DEJOURS, C. (1986) Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. No. 54, vol. 14. Abril-Maio-Junho, p. 7-11, 1986.

FOLKMAN, Susan & LAZARUS, Richard S. (1984) *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer Pub. Co.

FRANKL, V. E. (1997) *Em busca do Sentido: um psicólogo no campo de concentração*. São Leopoldo / Petrópolis: Sinodal / Vozes.

GALLENDE, Emiliano (2004) *Subjetividad y resiliencia: del azar y la complejidad* In: MELILLO, ALDO; OJEDA, E. N. S.; RODRIGUÉZ, D. (org.) (2004) *Resiliencia y subjetividad: los ciclos de la vida*. Buenos Aires: Paidós.

GROTEBERG, E. (2005) *Novas tendencias en resiliencia*. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. (2005) *Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas*. Buenos Aires: Paidós.

HOFFMAN, Bruce (1999) The mind of the terrorist: Perspectives from social psychology. *Psychiatric Annals*. Jun 1999; Vol 29 (6): 337-340.

INFANTE, Francisca (2005) *La resiliencia como proceso: una revisión de la literatura reciente*. In: MELILLO, Aldo & OJEDA, Elbio N. S. (2005) Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas. Buenos Aires: Paidós.

JOB, Fernando Pretel P. (2003) *Os sentidos do trabalho e a importância da resiliência nas Organizações*. São Paulo. Tese Doutorado. Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

JUNG, Carl G. (1979) *Resposta a Jó*. RJ: Ed. Vozes.

LUTHAR, S. S., CICHETTI, D. & BECKER, B. (2000) The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 2000 May-Jun; Vol. 71(3): 543-562.

MASTEN, A. S. (2001) Ordinary magic: resilience processes in development. *American Psychologist*, 56, 227-238.

McCARTHY, John F. (2002) Short Stories and tall tales at work: organizational storytelling as a leadership conduit during turbulent times. *Dissertation Abstracts International: Section A*. Apr. 2003, p. 3636.

MALVEZZI, (2005) *Trabalho e Motivação*. Aula ministrada no Curso de Gerenciamento de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Equipes, promovido pelo CIETEC – Centro Incubador de Empresas Tecnológicas, São Paulo, agosto 2005.

_____ (1999) *Psicologia Organizacional. Da administração científica à globalização: uma história de desafios*. In: MACHADO, C.; MELO, M. FRANCO, V & SANTOS, N. Interfaces da Psicologia. Universidade de Évora. Portugal.

_____ (1998) *O Agente Econômico Reflexivo: um novo desafio para a Psicologia Organizacional*. Actas de la Conferencia de la Asociación de los Dirigentes de Capacitación de la Argentina. Mar del Plata, Argentina.

_____ (1995) A carreira profissional ainda depende de ascensão na hierarquia do poder? *Marketing Industrial*, v.1, n.1, p.30-40, jul./set

MANCIAUX, Michel (2001). La résilience: un regard qui fait vivre. *Etudes*. Paris, Octobre 2001, n. 3854, p. 321 – 330.

MARCUS, P. & ROSENBERG, A. (1995) The value of religion in sustaining the self in extreme situations. *Psychoanalytic Review*, 1995; 82 (1), 81 – 105.

MASLOW, A. H. (1954) *Motivation and Personality*. NY: Harper & Row Publishers.

MELAMED, Rabino Meir Matzliah (1996) *A lei de Moisés*. SP: Templo Israelita Brasileiro Ohel Yaacov (edição sem caráter comercial).

MELILLO, Aldo & OJEDA, Elbio N. S. (2005) *Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas*. Buenos Aires: Paidós.

MELILLO, ALDO; OJEDA, E. N. S.; RODRIGUÉZ, D. (org.) (2004) *Resiliencia y subjetividad: los ciclos de la vida*. Buenos Aires: Paidós.

MOSS, Rudolph H. & BILLINGS, Andrew G. (1982) *Conceptualizing and measuring coping resources and processes*. In: GOLDBERG, L. & BREZNITZ, S. Handbook of Stress: Theoretical and Clinical Aspects. NY: The Free Press. Cap. 14, pg. 212 – 230.

OJEDA, Elbio N. S. (2004) *Resiliencia y subjetividad*. In: MELILLO, ALDO; OJEDA, E. N. S.; RODRIGUÉZ, D. (org.) (2004) Resiliencia y subjetividad: los ciclos de la vida. Buenos Aires: Paidós.

PEARLIM, Leonard I. (1982) *The social context of stress*. In: GOLDBERG, L. & BREZNITZ, S. Handbook of Stress: Theoretical and Clinical Aspects. NY: The Free Press. Cap. 22, pg. 367 – 379.

PESCE, Renata; ASSIS, Simone; AVANCI, Joviana; SANTOS, Nilton; MALAQUIAS, Juaci; CARVALHAES, Raquel (2005) Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 21(2): 436-448, mar-abr 2005.

REISSMAN, Dori B.; KLOMP, Richard W.; KENT, Adrian T.; PFEFFERBAUM, Betty (2004) Exploring psychological resilience in the face of terrorism. *Psychiatric Annals*. Aug 2004; Vol 34 (8): 627-632.

RODRIGUÉZ, Daniel (2005) *El humor como indicador de resiliência*. In: MELILLO, Aldo & OJEDA, Elbio N. S. (2005) Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas. Buenos Aires: Paidós.

_____ (2004) *Resiliencia, subjetividad e identidad*. In: MELILLO, ALDO; OJEDA, E. N. S.; RODRIGUÉZ, D. (org.) (2004) Resiliencia y subjetividad: los ciclos de la vida. Buenos Aires: Paidós.

SARQUÍIS, Graciela & ZACANINO, Liliana (2004) *La resiliencia como herramienta*. In: MELILLO, ALDO; OJEDA, E. N. S.; RODRIGUÉZ, D. (org.) (2004) Resiliencia y subjetividad: los ciclos de la vida. Buenos Aires: Paidós.

SATO, Leny (1993) *A Representação Social do trabalho penoso* In: Spink, M. J. e org. O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da psicologia social. Brasiliense: São Paulo, 1993.

SELIGMAN, Martin (2002) *Positive Psychology, Positive Prevention and Positive Therapy*. In: SNYDER, C. R. & LOPEZ, Shane J. (2002) Handbook of Positive Psychology. NY, Oxford University Press.

SELIGMAN, Martin E. P. & CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly (2000) Positive Psychology: an Introduction. *American Psychologist*. Volume 55(1). January 2000. p 5–14

SELYE, Hans (1982) *History and Present Status of the Stress Concept*. In: GOLDBERG, L. & BREZNITZ, S. Handbook of Stress: Theoretical and Clinical Aspects. NY: The Free Press. Cap. II, pg. 7 – 17.

SHARKSNAS, Thomas & LYNN, Bonnie (2003) The relationship between resilience and job satisfaction in mental health care workers. *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering*. Vol. 64 (6-B): 2963.

SMITH, Jonathan C. (1993) *The Transactional Matrix*. In: SMITH, Jonathan C. Understanding stress and coping. NY: Macmillan Publishing Company. Cap. V, pg. 67 – 91.

SNYDER, C. R. & LOPEZ, Shane J. (2002) *Handbook of Positive Psychology*. NY, Oxford University Press.

SZNIFER, Moisés (2001) *Change Management*. Aula ministrada no Programa de Excelência Gerencial promovido pela FIA – Fundação Instituto de Administração e pela Unimetro – Universidade Corporativa da Companhia do Metropolitano de São Paulo, São Paulo.

TEDESCHI, Richard; PARK, Crystal L. & CALHOUN, Lawrence G. (1998) *Posttraumatic Growth: Positive Changes in the aftermath of Crisis*. NJ, Lawrence Erlbaum Associates, 1998, 258 p.

VALE, Lawrence J. & CAMPANELLA, Thomas J. (2005) The city shall rise again: urban resilience in the wake of disaster. *The Chronicle of Higher Education: The Chronicle Review*. 14 Jan. 2005 (www.chronicle.com).

VANISTENDAEL, S. & LECOMTE, J. (2004) *Resiliência e sentido de vida*. In: MELILLO, A.; OJEDA, E.; RODRÍGUEZ (2004) Resiliencia y subjetividad: los ciclos de la vida. Buenos Aires: Paidós.

WALLER, M. A. (2001) Resilience in ecosystemic context: Evolution of the concept. *American Journal of Orthopsychiatry*, 71, 290-297.

YUNES, Maria Angela Mattar (2003) Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, v. 8 n.especial Maringá .